

Vida Religiosa: passado, presente e futuro

105

EDITORIAL

Gente querida!

Com alegria entregamos em suas mãos mais uma edição da nossa revista. O número de março traz artigos e informes bastante interessantes, o que não é novidade em se tratando da *Convergência*, uma revista que procura estar sempre atenta aos desafios e aos grandes temas da Vida Religiosa hoje.

Dentre esses textos queremos destacar o que foi elaborado pelo Padre Ronaldo Mazula, claretiano, e que tem como título “A Vida Religiosa: seu lugar no presente e no futuro”. Trata-se de um estudo histórico muito bem elaborado acerca das formas de Vida Religiosa Consagrada ao longo dos séculos. Mas o objetivo do Padre Mazula vai além de um simples recorrido histórico. Diante das crises atuais, precisamos, enquanto consagrados e consagradas, retornar às fontes para redescobrir os fios condutores.

O segundo artigo desta edição retoma um assunto que não pode deixar de ser discutido hoje em nossas comunidades religiosas. A questão da *terceira idade* (que algumas pessoas chamam carinhosamente de *melhor idade...*) não deve ser uma questão menor no conjunto das prioridades da Vida Religiosa Consagrada. Sem dúvida, estamos envelhecendo, e envelhecendo cada vez mais rapidamente. A questão interessa, é claro, a todo mundo, mas de modo particular aos(às) Religiosos(as), porque deixamos nossas famílias para viver em comunidade e nela envelhecer e morrer. Cada comunidade, então, deve cuidar dos(as) seus(suas) idosos(as) da melhor maneira possível.

Trazemos para ajudar na reflexão o excelente texto “Auto-estima na terceira idade: alegrias e tristezas”, de autoria da psicóloga e psicopedagoga Maria Evonilde C. F. Assis. Onde estariam as alegrias e as tristezas dos(as) Religiosos(as) da terceira idade hoje em dia? Tomando como base o questionário elaborado pelos psicólogos do Grupo de Reflexão Psicológica da CRB-RJ, aplicado e respondido por alguns Religiosos e Religiosas, a Irmã Evonilde analisa a situação afetiva dessa faixa etária.

Em seguida, abrimos espaço para a reflexão de uma jovem Religiosa, Irmã Queila Teles. O tema é dos mais importantes (e desafiadores também): “Vida Religiosa e relações de poder. Autoridade e circularidade do poder”. De acordo com a Irmã Queila, a questão norteadora que gerou seu estudo, que é de uma enorme lucidez, por sinal, foi: “Existem conflitos de poder na Vida Religiosa Consagrada?”. O objetivo central do artigo é “favorecer a compreensão da dimensão do princípio de autoridade e circularidade do poder, conhecer aspectos que envolvem as relações de poder e analisar a dimensão do poder-serviço na Vida Religiosa Consagrada”.

Finalizando a seção “Artigos” deste mês, apresentamos o texto do Padre Joachim Andrade, provincial dos Verbitas em Curitiba-PR e participante da Equipe de Reflexão Missionária (ERM) da CRB Nacional. O texto recebeu o título de “Vida Religiosa Consagrada: missão e inculturação”, e a partir de uma análise do Vaticano II (*Ad Gentes*) e dos ensinamentos do Papa João Paulo II propõe algumas pistas para entendermos melhor esse assunto tão relevante para a Igreja e a Vida Religiosa Consagrada em geral. Para o Padre Joachim, uma correta compreensão do tema inculturação tem de levar em conta duas questões principais: “a questão da inculturação da mensagem do Evangelho nas culturas e o processo de inculturação do próprio missionário na cultura do outro”.

O espaço “Arte & Cultura” do mês traz de volta um tema já tratado pela *Convergência* em edições anteriores: a influência e o poder estupendo da mídia na sociedade em

que vivemos. “Vida Religiosa ou espetáculo?” quer cutucar(!) nossas comunidades para que saiam do comodismo e se disponham a refletir sobre um certo tipo de evangelização muito comum hoje em dia. A vida comum está ficando cada vez mais *espetacularizada* e a Vida Religiosa Consagrada, a julgar pelo *sucesso midiático* de alguns dos seus integrantes, corre também o risco de entrar na mesma onda.

Por sua vez, a seção “Informes” chega trazendo o relato da experiência missionária/pastoral de um valoroso *companheiro de Jesus*, Padre Xavier Nicheli, que nos fala do seu trabalho junto às populações sertanejas, sempre sofredoras e esquecidas: “Missão jesuíta do sertão da Bahia”.

Depois, o jovem Irmão capuchinho Frei José Bernardi faz um breve comentário a respeito do seu trabalho pastoral com os portadores do vírus HIV. Desde 1999, Bernardi tem dedicado a sua vida ao acompanhamento de pessoas que vivem com HIV, num centro de convivência, em Porto Alegre, chamado Casa Fonte Colombo.

O terceiro e último informe relembra os cinquenta anos de presença no Brasil das Irmãs Franciscanas de Cristo Rei. Nas palavras da Irmã Ivoni Lourdes Fritzen, que escreveu o texto, trata-se de “um jubileu de caminhadas, de visitaçõa às pessoas, especialmente doentes, crianças, necessitados”.

Enfim, esperamos que nossos leitores e leitoras aproveitem ao máximo tudo o que a *Convergência* de março traz em suas páginas.

Aproveitamos, também, para dar as boas-vindas a *Lauro Darós*, Irmão marista, que assume daqui por diante a condução da revista. Que Deus o abençoe nesta nova missão.

Muito obrigado a todos e a todas pelo apoio recebido até agora. Com toda certeza, a *Convergência* não seria o que é se não fossem a atenção e o carinho de vocês.

Valeu, minha gente!

Rezemos uns pelos outros!

PLUTARCO ALMEIDA, SJ

Missão jesuíta do sertão da Bahia

XAVIER NICHELE, SJ*

Vivo numa região da Bahia cujo bioma é a caatinga, no semiárido nordestino. Cheguei à Paróquia de Capim Grosso, Diocese do Senhor do Bonfim, Bahia, vindo do Piauí, em dezembro de 1990.

Aqui em Capim Grosso, em 1991, iniciou-se a minha comunidade, composta por dois sacerdotes e um Irmão Religioso. Três jesuítas para cuidar de três municípios: Capim Grosso, São José do Jacuípe e Quixabeira. Ao todo, uma população de cerca de 45 mil habitantes, perfazendo um total de 45 comunidades rurais espalhadas num raio de 35 a 40 quilômetros.

Indo às celebrações das comunidades do campo, um grito, várias vezes repetido, me angustiava: para a nossa juventude não há esperança! Um dia desabafei e disse: “Querem ver uma esperança?”. Levei um grupo de agricultores a Riacho de Santana, no estado da Bahia, a setecentos quilômetros de Capim Grosso. Era o ano de 1992. Em Riacho de Santana estava a sede das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), cuja experiência pedagógica de ensino em alternância vinha do estado do Espírito Santo, da cidade de Anchieta, onde antes, por dois anos, eu havia sido *assistente espiritual* das EFAs organizadas pelo MEPES.¹ A experiência da EFA de Jaboticaba começou a partir dessa famosa viagem a Riacho de Santana.

Onde construir a EFA? A Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ), localizada no município de Quixabeira, tinha um pequeno terreno às margens da Barragem de São José do Jacuípe. Podia servir para a construção

* **Padre Xavier Nichele** é jesuíta e missionário no sertão da Bahia. **Endereço do autor:** Praça Oliveira, 96, CEP 44695-000, Capim Grosso-BA. **E-mail:** nichelesj@terra.com.br.

¹ Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo.

de uma EFA? Um fato inesperado mudou toda a situação: o fazendeiro, cansado das lutas contra os posseiros, colocou a fazenda à venda e a oferecia aos mesmos agricultores com os quais teve desavenças.

Uma generosa Congregação da Suíça, pouco depois, me ajudava a saldar a dívida contraída na compra da fazenda.

Não demorei a compreender que a maneira de o Espírito agir comigo era a de me desafiar. Esperavam-me outros três desafios: a desnutrição das crianças, os numerosos peregrinos que fugiam da seca de Pernambuco e passavam por Capim Grosso e os meninos de rua, crianças que passavam pela nossa cidade vindas de outras zonas rurais.

O Albergue São Cristóvão foi pensado para os peregrinos de passagem por Capim Grosso. Estamos em 1992. Como nasceu esse albergue? É uma história ligada a um jovem barbudo que me pedia passagem para Salvador. Eu o convidei para me esperar, no dia seguinte, no posto de combustível para ir comigo para Salvador. Marquei a hora, mas onde estava o meu amigo? Estava lá, debaixo de um telhado, onde pouco tempo antes uma jovem tinha dado à luz o seu filho. Entendi que era um sinal dirigido para mim: os pobres indicavam o lugar onde se abrigarem. Ao voltar de Salvador, compramos o terreno e, com os mesmos pobres que lá encontramos, iniciamos o primeiro abrigo.

Qual o sentido desse albergue? Os viandantes comunicam-se rapidamente, pois todos os pobres que descem de Belém do Pará e dos sertões pernambucano e baiano sabem onde se abrigarem em Capim Grosso.

Os menores de rua eram o problema para a juíza de Capim Grosso daquela época. Estávamos em 1993. A juíza importunava-me, quase me desafiando, pois não queria pôr na cadeia os menores infratores que por lá passavam, nem colocá-los em casa de família pelo perigo que representavam. Numa antiga casa de farinha, no contorno de São José, nascia a Casa do Menor, e a minha amiga juíza ficou radiante. Ela própria ocupou o espaço e lá fundamos uma associação que até hoje existe: a Associação Comunitária

Centro Assistencial da Criança e do Adolescente de Capim Grosso (ACACACG).

Que significa hoje tal iniciativa? Hoje, a Casa do Menor, através da ACACACG, dá legalidade jurídica ao Centro de Referência de Ações Sociais do Semiárido (CRASA), local, de propriedade dos jesuítas, de onde parte toda reflexão e decisão da Missão Jesuíta da Paróquia de Capim Grosso. É aqui que, com uma equipe, concentramos toda a ação da referida missão.

As crianças morriam de fome: 1994

As crianças, com poucos meses de vida, morriam praticamente de fome, ou cresciam com peso abaixo do normal. A Pastoral da Criança começava a se organizar. Tinha conhecimento do valor nutritivo da soja por informações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de Petrolina-PE. Soube, por um amigo, de um grande projeto do estado da Bahia para a produção de leite de soja que visava a aprimorar a merenda escolar, projeto abandonado, por falta de peças de recomposição do maquinário, no município de Salvador. O responsável era a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC). Tratava-se da famosa *vaca mecânica de leite de soja*. Chegamos, juntando os pedaços de várias máquinas, a ter a nossa *vaca mecânica*.

Um litro de leite de soja por semana salvava a vida de uma criança de um a seis anos. Chegamos a produzir quatro mil litros de leite de soja a cada semana.

Qual a ajuda para essa iniciativa?

Por causa do leite de soja para as crianças tivemos uma providencial ajuda do GRUPO INDIA, de Roma, em 1995, após uma visita do Padre Mario Pesce, já falecido. Essa instituição até hoje é o sustento fiel de todo o nosso empenho sociorreligioso.

Esses foram os projetos assistenciais de primeira urgência, mas a atenção de fundo era a Escola Família Agrícola (EFA)

de Jaboticaba. Estava em jogo a educação do campo. Como fazer produzir a terra do semiárido? Como concretizar uma possível reforma agrária na região?

Uma nova etapa da missão

A fundação da EFA de Ensino Fundamental aconteceu em 1994. Foi, para a nossa região, um acontecimento significativo, seja pela proposta educativa, seja pelo espaço físico adequado para uma prática agrícola.

Qual o sentido dessa escola no atual contexto educativo?

Hoje, essa escola tem uma proposta: fazer saber o que é uma escola do campo. A proposta aponta para uma meta: a luta para uma educação contextualizada. Tal luta é constantemente desafiada por uma cultura midiática que, se não for bem compreendida, leva mais a deformar do que a formar. O símbolo de referência é o grande educador Paulo Freire, mundialmente famoso, mas que parece ter sido esquecido na educação. Basta ver como os governos tratam com incrível indiferença as escolas do campo.

Em 1997, deu-se início ao “Festival do Feno e Silo”, o primeiro incentivo de iniciativa comunitária. Assim, tomava forma o “Projeto Conviver com a Seca”. Em 2000, o “Conviver” iniciava seu grande projeto: fazer chegar às famílias da região as práticas de convivência com o semiárido já desenvolvidas na Escola. O governo italiano, pelo patrocínio do MAGIS, de Roma, aceitou colaborar com o homem do campo. Nossos técnicos visitavam as propriedades e havia a troca de saberes com o trabalhador rural. Foram anos intensos, que resgataram práticas de sobrevivência como: coleta de mel, manejo dos animais, cultivo e armazenamento de alimentos em silos, cuidados veterinários, cultivo de plantas da região para a conservação do solo e outras atividades.

Qual o saldo desse grande acontecimento?

Deu-se impulso à assistência técnica às famílias dos nossos alunos que vivem no campo. Tratava-se de oferecer melhores condições de vida no campo. Não se pode exigir que os jovens de hoje sejam forçados a viver a dura realidade de sobrevivência que seus pais viveram e ainda vivem. Hoje, aos jovens são oferecidas muitas opções de trabalho. O que fazer diante do impasse trágico que é o êxodo rural? Esta é uma terrível ameaça para o Brasil, que incentiva grandes projetos de exportação agrícola e se esquece de que, morrendo a iniciativa da pequena produção familiar, acaba-se vivendo de enlatados vindos de outras terras. Ou a pequena propriedade se torna produtiva, ou o campo se tornará um deserto onde ninguém quer morar, muito menos os jovens.

Enquanto os técnicos em agricultura pensavam e agiam em prol do trabalhador do campo, dávamos conta, pelo nível de aprendizagem dos alunos que chegavam à EFA, da precariedade do ensino ministrado nas escolas do campo. Nascia, então, na EFA de Jaboticaba, em 2002, a iniciativa da Educação do Campo (PROCAMPO), dando apoio à isolada e heroica professora da roça. O primeiro curso, com ênfase na Pedagogia da Alternância, contou com 96 professoras da região dos municípios de Quixabeira, Capim Grosso e São José do Jacuípe. Hoje, o objetivo do PROCAMPO adquire uma abrangência maior, o de fortalecer o Fórum de Educação do Campo da Bahia. É a luta de várias organizações populares que se mobilizam para exigir do estado o reconhecimento para uma educação do campo mais apropriada à sua realidade.

Os desafios nos acompanham

Na EFA, era necessário um “salto de qualidade” para o qual nem as próprias dependências físicas estavam apropriadas. Em 2007/2008, devíamos decidir sobre o caminho a ser traçado: passar do Ensino Fundamental para o Ensino Médio Técnico em Agropecuária. Foi uma ousadia que até

hoje nos desafia. Atualmente, a EFA de Jaboticaba tem um convênio com o governo do estado, pertence à Diretoria Regional de Educação (DIREC) 16 de Jacobina. A EFA constitui-se como escola comunitária, conveniada com a Rede Pública de Ensino, mas o acesso aos recursos do estado é ainda muito complicado.

Em 2012, a Escola formou o quarto grupo de Técnicos em Agropecuária, tornando-os habilitados a administrar sua propriedade e inserir-se no mercado de trabalho. Alguns dos nossos alunos já estão se formando nas Ciências Agrárias, como Zootecnia, Agronomia e outras. Nem todos ficam como “cultivadores” de suas propriedades, mas o “jovem do campo” tem uma esperança. Passaram por essa escola, desde 1994, 320 alunos. Desses, 81 saíram com a certificação de Técnicos em Agropecuária. Em 2012, foram 166 alunos, dos quais 33 concluíram o curso Técnico.

Um olhar retrospectivo como religioso jesuíta

Que discernimento foi feito ao longo dessa história, se sempre aparece um único ator? Observo que, ao referir-me à forma clássica de discernimento, este quase não existiu na caminhada. O que posso afirmar é ter vivido uma forma de discernimento cujas características são de envolvimento, meu e de muitas pessoas interessadas e intimamente tocadas diante das necessidades. Os donativos feitos por pessoas e instituições refletem a confiança que inspira a pessoa e o grupo proponente e, sobretudo, a demonstração de objetivos claros e válidos para o desenvolvimento integral do homem do campo.

Qual a participação da minha Comunidade e Congregação em todo esse empreendimento? É o problema sobre o que significa agir de forma personalista ou agir de forma institucional. Devo admitir que nunca ou quase nunca o institucional da minha Comunidade ou Congregação interveio de forma direta sobre a necessidade de realizar o que entendemos por “discernimento comunitário”. Julgo isso

como o distanciamento entre o “institucional” e a criticada “obra pessoal”. Situação que se repete muitas vezes, sob diferentes formas de agir, entre nós, Religiosos e Religiosas. A pergunta no nosso caso: em toda essa caminhada houve a participação institucional? Noto o que ocorreu: a docilidade interna do pensar e do agir da comunidade, Povo de Deus, sobre algo que visa ao bem do próprio povo, docilidade regida por uma humilde compaixão comunitária, permite assumir decisões que não se distanciam de um verdadeiro discernimento comunitário no Espírito. No povo também há modos para discernir. A confirmação da Instituição Religiosa ou Eclesial realiza-se ao longo de muito tempo, de longos anos de espera. A confirmação pode estar acontecendo com este sofrido povo nordestino, percorrendo, hoje, a sua história.

JOSÉ BERNARDI*

Tive a alegria de participar do III Encontro Nacional de Irmãos Leigos que a CRB organizou. Além de conviver com irmãos de várias Congregações e aprender deles, fui convidado a participar de um painel para aprofundar a mística do Irmão leigo. Tratou-se de uma partilha na forma de testemunho. Apresentei-me com “temor e tremor”, ciente de minhas limitações e incoerências. Retomo neste texto, de forma um pouco mais sistemática, o que expus naquela ocasião.

Apresenta-se uma oportunidade para partilhar minha experiência como Irmão leigo e retomar as razões desta minha consagração. Faço-o às vésperas de completar 25 anos de consagração religiosa na vida capuchinha, como membro da Província do Rio Grande do Sul, metade deles dedicados à formação acadêmica. A outra metade, ou seja, desde 1999, tem sido dedicada ao acompanhamento de pessoas que vivem com HIV num centro de convivência, em Porto Alegre, chamado Casa Fonte Colombo. Trata-se de um espaço que acolhe e provê serviços para pessoas que vivem com HIV ou Aids e seus familiares com o objetivo de incentivar a adesão ao tratamento, condição necessária para que os portadores continuem vivendo com um mínimo de qualidade.

Diariamente, cerca de quarenta pessoas frequentam a Casa, cada grupo num dia da semana. Os atendimentos são realizados por uma fraternidade capuchinha composta por quatro frades e por um grupo de cinquenta voluntários(as), também organizados(as) em equipes para cada dia da

* **Frei José Bernardi** é capuchinho, professor na Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (ESTEF) de Porto Alegre, membro da coordenação da Casa Fonte Colombo e secretário executivo da Pastoral da Aids. **Endereço do autor:** Rua Hoffmann, 499, CEP 90220-170, Porto Alegre-RS. **E-mail:** jbernardi@fontecolombo.org.br.

semana. Além da possibilidade de tomar banho, cortar o cabelo e trocar de roupas, condições importantes para a autoestima, os(as) usuários(as) podem ser atendidos(as) por enfermeira, médica, massoterapeuta, assistente social, psicóloga, recebendo orientações claras para o tratamento ou para suprir suas necessidades ou dificuldades e participar de grupos, oficinas, oração, e de uma farta refeição. Todos esses serviços têm a pessoa como centro e são desenvolvidos em clima de generosidade, contribuindo para o bem-estar físico, mental e espiritual das pessoas que estão na Casa.

Além do trabalho em nosso centro de convivência, desde 2002 colaboro na implantação e organização da Pastoral da Aids, serviço da Igreja Católica no enfrentamento da epidemia. As ações da pastoral se dividem em três grandes áreas: formação de agentes, prevenção e acompanhamento das pessoas com HIV. A estratégia se baseia em três elementos: parcerias, incidência política e comunicação. Essas estratégias procuram inserir a Igreja no conjunto das políticas de enfrentamento da epidemia e permitem que a resposta da Igreja se articule com outros setores da sociedade, acompanhe a efetivação das políticas por parte dos serviços públicos e realize diálogo com as demais pastorais e com a sociedade.

A pergunta que orientou o painel foi: “Qual a mística que sustenta sua missão ou qual é a mística que lhe mantém na Vida Religiosa?”. Ao meditar sobre essa pergunta, tive de me perguntar por que razões eu também não desisti, por que motivos não abandonei a Vida Religiosa e continuo Irmão numa Ordem que não tem as Constituições aprovadas pelo Vaticano porque se nega declarar-se “clerical” ou “laical”, pois “somos uma Ordem de Irmãos”.

Justifico minha reflexão. Iniciei o noviciado em 1987 com outros vinte candidatos. No início de 1988, fizemos a profissão simples em dezoito. Atualmente, somos cinco frades daquele grupo. Ou seja, permanecemos somente 25% dos que ingressamos no noviciado. Sem contar que nestes 25 anos vi meus formadores deixando um a um a Vida Religiosa. Todos saíram, exceto o mestre de noviciado. E a minha turma não é uma exceção na história da vida capuchinha no

Rio Grande do Sul, nem na vida de muitas Congregações. Tais dados me fizeram, então, perguntar seriamente por que ainda continuo. Falar das motivações que me fazem permanecer responde de modo indireto também por que não deixei as fileiras capuchinhas.

Creio que seja possível nuclear em quatro os elementos que me fazem continuar Religioso leigo, empenhado numa missão específica por causa desta minha opção vocacional. Toda a minha vida ganha sentido e se mantém sobre estes quatro pilares ou fundamentos: vida fraterna, opção pelos pobres, Palavra de Deus e valores franciscanos. Esses são os elementos da mística que me sustenta na caminhada de Irmão leigo. Desses elementos brotam e se mantêm as motivações, a energia e o entusiasmo que me fazem nela permanecer. Permitam-me que os descreva da maneira que os entendo em minha caminhada. Tomarei como referência, de modo especial, a segunda metade de minha consagração.

Uma vida em fraternidade

Começo por este precioso espaço que me faz compartilhar as alegrias e esperanças, as angústias e as tristezas de minha e da vida dos demais Irmãos. Devo à fraternidade a minha continuação na Vida Religiosa Consagrada. Fraternidade que se realiza no dia a dia e se expressa na partilha dos serviços, no cuidado da casa, no preparo do café e do jantar, na entreada na hora de lavar a louça e arrumar a cozinha. Esta vida cotidiana e exigente que supõe despojamento e renúncia, que exige desprendimento e solidariedade. Ou, dito de outro modo, colocar-se a serviço, mesmo que outros façam corpo mole. Supõe relaxar e permanecer à mesa por boa hora e meia, mesmo tendo na memória a pressão de aulas para preparar ou outras tarefas a realizar. É que a mesa é o espaço privilegiado da partilha, tanto do alimento quanto da vida. É o tempo sagrado, onde as pessoas podem se comunicar e se entregar na informalidade. Tempo precioso que permite a partilha vital, que leva ao crescimento e à comunhão de vida. É o tempo da comunicação das alegrias,

das dificuldades, dos medos, das angústias, e também da oferta de sugestões para o crescimento. Também é o tempo da censura e da correção. Sempre ou quase sempre realizados com a necessária caridade e cortesia.

A descrição aparentemente tranquila da vida em fraternidade não significa que ela seja livre de conflitos, de discussões. As decisões, às vezes, implicam disputas. Normalmente, são forçadas com argumentações. Às vezes calorosas e também com intervalos de silêncios amargurados que exigem tempo e algum bom humor para reintegrar o Irmão que ficou na situação de vencido. Outras vezes é a própria pessoa que percebe sua inflexibilidade e, sem sentir-se diminuída, adere à ideia do outro e faz sua a decisão da comunidade. Esse processo dialético e exigente permite que as pessoas se construam na sua alteridade, apresentando-se como sujeitos da vida fraterna. A alternância nos ministérios também colabora para que as posições e as ideias possam ser partilhadas, defendidas, inseridas no cotidiano da caminhada.

Esse processo contínuo de construção, de avaliação, de retomada que engloba todos os aspectos de cada indivíduo que compõe a fraternidade – físicos, psicológicos, emocionais, espirituais, vocacionais – permite uma constante busca e um permanente crescimento dos membros e do grupo. É na fraternidade que apresentamos nossas grandezas e também nossas misérias. É nesse espaço que somos o que somos e onde permitimos o outro ser. Nessa ambivalência permitimos que os outros cresçam e nos permitimos crescer. É o espaço em que suportamos as mazelas dos demais e as nossas, num contínuo exercício de paciência e de generoso acolhimento. Ou, para dizer de modo poético: “Viver é, simplesmente, a arte de conviver. Eu disse simplesmente... Mas como é difícil!” (Mário Quintana).

Um aspecto complementar, mas não de menor importância, é o espaço das visitas. Também elas contribuem para a formação e o crescimento da fraternidade. Sejam confrades de outras comunidades, Irmãos e Irmãs de outras Congregações, leigos e leigas que comungam de alguma forma com

nosso estilo de vida, ou mesmo familiares que aparecem e nos lembram que o mundo é maior que nossa casa. Essa abertura oxigena a fraternidade, amplia laços, faz-nos ver a realidade desde outros pontos de vista e, sobretudo, nos mantém em sintonia com o mundo em todas as suas exigências, contradições e desafios.

Opção pelos pobres

Como narrei no início, faço parte de uma fraternidade capuchinha que se dedica ao cuidado e acompanhamento de pessoas que vivem com HIV. Significa que diariamente temos em nossa casa cerca de quarenta pessoas oriundas das áreas de periferia de Porto Alegre e também da região metropolitana. São doentes pobres. Organizamos serviços que procuram incentivar essas pessoas a realizar o tratamento, condição para continuarem vivendo. Além das dificuldades de ordem econômica e social, essas pessoas sofrem pela discriminação, preconceito e marginalização, seja nos serviços de saúde, seja em suas famílias, seja também nos ambientes de trabalho. Por isso, a atenção dispensada deve considerar toda essa gama de interferências que incidem até mesmo no tratamento e na autoestima. Felizmente, não são poucos os que seguem vivendo porque a Casa existe, mas ainda perdemos vidas.

De novo convém retomar que esta opção não é tarefa simples, nem romântica. Estar com os pobres e tê-los cotidianamente em nossa casa é exigente. Muito exigente. Desde o cheiro e estado de sujeira, passando pelas reincidências no uso de drogas e álcool, pelo abandono do tratamento, pela falta a consultas e exames, ou pelas tentativas de burlar as normas dos atendimentos ou a boa-fé dos(as) voluntários(as). No entanto, são eles que nos lembram porque fizemos a profissão religiosa e o sentido de tal consagração. Não nos fazemos frades para nós mesmos. Sinalizamos, neste serviço aos mais frágeis e necessitados, a presença amorosa de Deus, que também priorizou os pequenos.

Palavra de Deus

A leitura e a meditação cotidianas da Palavra, individual e comunitariamente, oferecem o sentido espiritual e contribuem para o discernimento tanto da vida fraterna quanto do serviço aos pobres.

É ela que dá o norte da vida, pois, como diz o escritor aos Hebreus,

a palavra de Deus é viva, eficaz, mais penetrante do que uma espada de dois gumes, e atinge até a divisão da alma e do corpo, das juntas e medulas, e discerne os pensamentos e intenções do coração. Nenhuma criatura lhe é invisível. Tudo é nu e descoberto aos olhos daquele a quem havemos de prestar contas (cf. Hb 4,12-13).

Deixar-se conduzir pelos apelos de Deus que se manifesta na Palavra e nos sinais dos tempos, discernir sua vontade, assumir suas veredas, deixar-se modelar por suas indicações, é um exercício contínuo e exigente. Abdicar das próprias vontades, ideias, pensamentos, e deixar-se moldar pela vontade de Deus, discernida pessoal e comunitariamente, é permitir que o oleiro trabalhe, molde e deixe perder a forma, remodele e nos faça assumir rosto novo, prática nova, modo novo de olhar a vida, os Irmãos e a necessidade apostólica. Também aqui a tarefa não é simples. Quantas vezes nos pegamos lutando com Deus!

Mas este é o caminho da fidelidade. “É preciso mudar muito para continuar sempre o mesmo”, alertou, paradoxalmente, Dom Helder. Esse processo é resultado da escuta atenta e livre da Palavra, pois, assim como ela nos desnuda diante de Deus, também se apresenta como a chuva ou a neve, que não voltam para o céu antes de ter molhado a terra, tornando-a fecunda e fazendo-a germinar a fim de produzir semente ao semeador e alimento a quem dele precisa (cf. Is 55,10-11). É a experiência que inspirou o canto das comunidades e mantém a sua mística: “Tua Palavra é assim, não passa por mim sem deixar um sinal”.

É a Palavra que nos permite viver de modo transparente”T*.02ap-1.5(o é 0-2.9

Essa mistura entre vigor e ternura, austeridade e bondade, proximidade e alteridade, rigor e brandura, dedicação e alegria, trabalho e festa, informalidade e prudência marca indelevelmente meu espírito, minhas opções, minha vida. Esforço-me, de verdade, para misturar essas características todas, compondo aquilo que Agostinho propôs para a Igreja, *corpus permixtum*, ou que Francisco apresentou em seu retrato do “frade perfeito”.

“A vida é para ser lida”

Tomo emprestado do poeta Carlos Drummond de Andrade essa instigante expressão para concluir minha partilha. Aproveito o polissêmico sentido de “lida”. Sim, a vida é para ser lida, ou seja, observada, contemplada, revisada, retomada, interpretada, perscrutada em seus sentidos mais escondidos e insólitos. Mas também a vida é para ser lida, isto é, compromisso, trabalho, tarefa, envolvimento, construção, decisão, opção, envolvimento e dedicação. A vida é esta música que vamos compondo e executando, retomando e melhorando, partilhando e recebendo como oferta generosa de Deus e dos Irmãos e Irmãs.

Desta experiência de 25 anos creio que uma coisa é certa e a aprendi de Riobaldo, protagonista de *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa: “O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam... Viver é muito perigoso”.

Irmãs Franciscanas de Cristo Rei: cinquenta anos de presença no Brasil

Tempo de travessia e renovação da esperança

IVONI LOURDES FRITZEN*

Olhar para a história e fazer memória das experiências vividas desde a origem requer um olhar de reconhecimento do *Espírito* condutor da grande *obra de Deus* presente na criação, na caminhada, na presença das pessoas e na existência das Irmãs Franciscanas de Cristo Rei desde 1459. De forma maravilhosa ouvimos o ressoar da Palavra que nos diz: “Não tenha medo, pequeno rebanho, pois foi do agrado do vosso Pai dar a vós o Reino” (Lc 12,32). Palavra e certeza de fé que vêm acompanhando os passos desta família religiosa no decorrer dos tempos e hoje convidam a bendizer a Deus pela ousadia, pela fé, pela esperança e pela liberdade de deixar-se conduzir pelos movimentos gerados e transformados em vista da acolhida e do trabalho em favor do Reino de Deus.

Expressamos aqui um profundo sentimento de gratidão a Deus pela “obra começada”, inspirada e acolhida pelas nossas queridas Irmãs Terciárias Franciscanas em Veneza, na Itália. Afirmamos com o salmista: “Jawé fará tudo por mim. O teu amor é para sempre. Não abandones a obra de tuas mãos” (cf. Sl 138,8). Lembramos aqui os muitos desafios enfrentados com tanto ardor, com tamanha fé e abertura aos sinais dos tempos, a força inspiradora das nossas Irmãs na história, nos diversos momentos, nas realidades missionárias, na abertura em terras brasileiras. O recomeço vigoroso do espírito de Irmã Chara Penso e Luigia Ferraro, o espírito missionário de Madre Arcangela Salvaragio, a profunda fé e fidelidade de Irmã Teresia Bedin, a continuidade histórica encarnada pelas Irmãs presentes na inserção nos meios populares, nos acampamentos, nas missões intercongregacionais,

* **Irmã Ivoni Lourdes Fritzen** é Religiosa da Congregação das Irmãs Franciscanas de Cristo Rei e secretária da CRB Nacional. **Endereço da autora:** SDS Bloco H, Ed. Venâncio II, 5ª andar, CEP 70393-900, Brasília-DF.

nos serviços das comunidades eclesiais, na educação e nos projetos sociais.

Celebramos cinquenta anos de presença no Brasil. Um jubileu de caminhadas, de visitação às pessoas, especialmente doentes, crianças, necessitados. Um jubileu de acolhida aos irmãos e irmãs, de serviço aos pobres. Um jubileu de luzes e trevas, acertos e desencontros, avanços e necessários recomeços, de caminhos abertos e de situações a serem reconstituídas, redimensionadas. Um jubileu das Irmãs Franciscanas de Cristo Rei, que trazem consigo o selo da vocação cristã e franciscana. Um pequeno rebanho que, com fé e confiança, continua caminhando em meio ao povo, buscando acolher em cada novo dia os sinais do Reino de Deus. Pequeno rebanho inserido no contexto de grandes transformações, que resiste e acredita no futuro da *vida* para toda a humanidade e por isso se empenha em prosseguir anunciando a paz e o bem como São Francisco de Assis. Vale lembrar que a regra de vida é: “Observar o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo” (cf. RegB 1,1) e, para nós, Franciscanas de Cristo Rei, Jesus Cristo pobre, encarnado e crucificado (cf. Fl 2,5-11). Como forasteiro, se achega, entra na história, arma uma tenda e habita. Ele, que era de condição divina, se abaixa a tal ponto que assume toda a nossa humanidade, totalmente esvaziado carrega o “húmus” que somos e nos conduz à libertação.

O momento histórico que vivemos nos remete a uma reflexão mais profunda sobre o núcleo, sobre a essência do ser Consagrada. Convida-nos a uma análise real e concreta do sistema neoliberal em um mundo globalizado e nos convoca a uma retomada dos valores próprios da Vida Consagrada a serviço dos pobres e da humanidade sedenta de amor e de paz. *É tempo de travessia, tempo de amor concreto, de atitude, de esperança.* De compromisso com a causa do povo, de proximidade com as novas fronteiras, com os gritos de mães, jovens, crianças e idosos. É tempo de ouvir os sinais e os fenômenos da criação que geme e clama pela vida e pela subsistência do planeta. É tempo de perseverança para quem acredita na causa do Evangelho e se lança pela causa do Reino.

Olhemos para Jesus Cristo. Ele é a Palavra que brota no silêncio do Pai. Surge como Luz que habita a terra e o coração do humano, manifesta-se como mãe que ama, escuta, consola e deseja unidade para todas as pessoas. Ele, o “Verbo encarnado”, faz-se o caminho, compartilha o destino dos pobres, dos doentes e excluídos da sociedade do seu tempo. Ele, o Filho de Deus, faz-se irmão dos peregrinos e restitui à dignidade de filiação as mulheres, os estrangeiros e pecadores. Ele, o pão vivo do céu, dá-se a si mesmo, faz-se alimento em contínua doação para o sustento de cada um de nós, de toda a humanidade.

Para nós, Irmãs Franciscanas de Cristo Rei, *seguir os passos de Nosso Senhor Jesus Cristo* requer uma adesão alegre e entusiasta. Um “sim” apaixonado e fiel como o “sim” de Maria: “Sei em quem acreditei”. Um “sim” que envolve inteiramente o ser, a ponto de unir todas as fibras do coração, como o foi para Clara de Assis. Um “sim” que é atitude, capaz de transbordar na comunicação desse dom: “Feliz deserto és tu, que podes participar do banquete sagrado e unir-te com todas as fibras do coração àquele, [...]”, como Clara de Assis, um “sim” decisivo como o “sim” de Santa Isabel da Hungria em todas as circunstâncias de sua vida. Um “sim” que não teme nem mesmo o sofrimento, como foi o de Irmã Serafina Gregoris, bem-aventurada entre os santos e santas de Deus.

O *seguimento* de Jesus Cristo é resposta ao chamado, ao fascínio do Altíssimo na escuta atenta e alegre, na disposição atenta e fecunda, como o Servo sofredor, que, colocando-se a serviço, enxuga as lágrimas e leva uma palavra de conforto a quem precisa.

Partilha do mesmo destino: Jesus reina perdoando, amando a partir de uma situação de impotência e humilhação. Recebeu o título de rei na entrega de sua vida até a morte. Um rei crucificado é uma contradição. Seu senhorio é de amor incondicional, de compromisso com os pobres, de liberdade e justiça, de verdade, de solidariedade e de misericórdia. Ele é rei que toca os leprosos, prefere a companhia dos excluídos e não dos poderosos, se abaixa para lavar os pés dos seus, despojado de riqueza. Seu trono é a cruz, sua coroa é

de espinhos. Não tem manto, não tem exército nem armas. Jesus, o mártir da verdade, veio dar testemunho da verdade do seu ser e de todo humano, é a pura transparência do rosto do Pai. Jesus é a Verdade. Verdade que desvela, deslumbra, desmascara. Ser testemunha da verdade requer viver na verdade, o que implica aceitar a própria verdade com suas luzes e sombras e a verdade dos outros.

Partilhar do mesmo destino é, pois, caminhar na VERDADE que é CRISTO, fixando o olhar em sua prática, em seus gestos e palavras e perseverando como Francisco e Clara de Assis, os profetas e profetisas, os santos e santas que viveram com fidelidade a fé, o serviço e a entrega por amor ao Reino de Deus.

Partilhar o mesmo destino consiste em viver bem cada novo dia, recomeçar a toda nova situação com esperança, assegurando a vida. Cuidando da chama que fumeja para que permaneça acesa, é não compactuar com as tramas da injustiça e do mal e apostar com confiança na lei da vida, que tem seu núcleo no amor.

A celebração do jubileu no *Ano da Fé*, proclamado pelo Papa Bento XVI, nos convida a renovar nossa experiência de fé na vida, de encantamento com a pessoa e a proposta de Jesus, crucificado e ressuscitado. A fé acolhida e vivida será o alicerce da nossa “casa-fraternidade”, espaço de solidariedade humana, de mútua inter-relação, de construção de valores, de exercício do perdão e da misericórdia. A fé verdadeira em Jesus e seu Reino transforma as trevas em luz, as montanhas em vales, a impotência em força, e as noites em pleno dia.

Celebrar o jubileu, para nós, Irmãs, é estender as mãos a todos os irmãos e irmãs que compartilharam de nossas vidas e da Vida do Altíssimo que nos chamou, nos consagrou e enviou, e expressar nosso carinho, nossa gratidão e nossa esperança na continuidade do projeto de vida, do carisma “Venha o Teu Reino” assumido pelas Irmãs Franciscanas de Cristo Rei. É prosseguir na missão eclesial de servir a Deus e aos irmãos pela construção do Reino da verdade, da justiça, do amor e da paz de Cristo Senhor.

PLUTARCO ALMEIDA, SJ*

Lenha na fogueira...

Na edição passada, falamos sobre a sociedade do espetáculo e dos riscos que também nós, Religiosos e Religiosas, eventualmente não deixamos de correr. Alguns leitores mandaram e-mails, uns concordando, outros discordando da nossa opinião. Glória a Deus! Isto é muito bom! O objetivo desta seção da revista não é impor a ninguém as convicções do seu autor e sim provocar exatamente a discussão, o debate sobre esta nova e extraordinária cultura, na qual vivemos, nos movemos e somos!

Agora queremos dar prosseguimento à reflexão juntando mais alguns elementos que consideramos importantes. Não se assustem: vamos “jogar lenha na fogueira”, na esperança de que a discussão sobre o assunto seja ampliada e possa, quem sabe, merecer a atenção de Irmãos e Irmãs que acham que não se deve perder tempo com reflexões deste tipo.

Palavra de “marqueteiro”...

Vamos comentar a entrevista do jornalista e “marqueteiro” João Cerqueira de Santana concedida ao jornal *Folha de S. Paulo* em 26 de novembro de 2012. Quem é esse cidadão? João Santana nasceu no dia 5 de janeiro de 1953, em Tucano, pequena cidade do sertão da Bahia, a 252 quilômetros de Salvador. Ele foi jornalista até os quarenta anos e depois enveredou pelo marketing político, vencendo seis das sete campanhas presidenciais de que participou, no Brasil e

* Padre Plutarco Almeida é jesuíta, jornalista e editor da revista *Convergência*. Blog: <plutarcoalmeida.blogspot.com>.

no exterior, inclusive as de Lula e Dilma, atual presidenta da República. Como já sabemos, venceu também a eleição para a prefeitura de São Paulo em 2012, com o Sr. Fernando Haddad, tirando o candidato do último lugar nas pesquisas e elegendo-o no segundo turno com ampla margem de diferença. Trata-se, como podemos ver, de um dos mais gabaritados profissionais desta área, alguém com autoridade para falar sobre a *espetacularização da sociedade*, na qual se situam também, é claro, a política, a Igreja e a Vida Religiosa.

O entrevistado discorre sobre vários assuntos – julgamento do chamado “mensalão” pelo Supremo Tribunal Federal, campanhas políticas –, mas todos eles focados no marketing e seus impactos na vida moderna. Do conteúdo da entrevista pinçamos apenas um tópico que nos parece importantíssimo para a reflexão que queremos propor aos leitores agora.

Pois bem, em resposta à pergunta “O senhor está comparando o julgamento do mensalão a um reality show?”, Santana afirma que

o mensalão é o maior reality show da história jurídica não do Brasil, mas talvez do planeta. Não existe uma Corte Suprema no mundo que tenha transmissão ao vivo. *Os ministros estão preparados para julgar. Mas estão preparados para essa superexposição? Aliás, qual é o ser humano que está preparado para uma situação dessas?* (itálico nosso).

Religiosos(as) celebridades...

Cresce a cada dia o número de padres cantores. Alguns já chegaram ou estão muito perto do topo da “carreira artística” e são considerados *popstars*, como já falamos na edição passada. Mas não apenas os cantores, também certos pregadores nos grandes santuários (quase todos sob a responsabilidade de Congregações Religiosas) estão se tornando *celebridades*. O povo (os fãs?), muitas vezes, comparece à Igreja só para aplaudir os seus *padres preferidos*, geralmente os que *estão na moda* e na mídia (!). Os templos são enormes, pois o

espetáculo, para ser espetáculo, precisa de luzes, cores, brilho e multidões. É mais ou menos como se as pessoas, para relacionar-se com Deus, precisassem estar na plateia, quem sabe até pagando ingresso. Religião tornou-se um show? O sacerdote, um artista, um animador de auditório? Que diferenças existem entre um sacerdote e um *artista*, afinal?

No mundo do *espetáculo religioso*, coisas incríveis acontecem a toda hora. As pessoas fazem questão de tocar na batina do padre, pedem autógrafos, fotos, gritam e choram ao vê-lo, e outras manifestações que se aproximam muito do fanatismo. As missas, nesses locais, são megaeventos que pouco ficam a dever aos shows mais concorridos. Só falta cobrar ingresso! Mas ninguém se assuste se daqui a algum tempo os nossos santuários adotarem a medida. Além do mais, os *padres artistas*, direta ou indiretamente, pedem dinheiro o tempo todo, utilizando-se para isso de promoções e desculpas o mais criativas possível. A propaganda subliminar está presente não só nos cantos, mas em todo canto. E tudo é marketing, afinal! Aliás, tudo indica que, de fato, não estamos nem muito longe nem muito aquém dos nossos irmãos evangélicos neopentecostais e suas Igrejas barulhentas, comerciais/midiáticas por excelência.

De novo o “marqueteiro”

Então, coloquemos como centro da nossa reflexão a resposta do “marqueteiro” João Santana substituindo a palavra “ministros” por “sacerdotes” e “julgar” por “celebrar”. Ficaria assim: “Os padres estão preparados para celebrar. Mas estão preparados para essa superexposição?”. E é o mesmo João Santana, na continuação da resposta à pergunta feita pelo repórter da *Folha*, que revela um dos segredos básicos da sua profissão:

Eu costumo dizer aos candidatos em campanha: tome cuidado com a sua cabeça e sobre como reagir com o sucesso. Se você não reagir bem à exposição midiática e ao sucesso, você pode trazer problemas para você, para sua família e para a instituição que você representa.

Tenho a impressão de que uma palestra do Sr. João Santana faria muito bem aos Religiosos da mídia, como diria o Padre Zezinho (cf. *Convergência* 448, p. 38-48, jan./fev. 2012). O problema é que talvez a mídia (a maior interessada) não queira interromper sua corrida por \$\$\$ para refletir. Por sua vez, os *popstars* católicos, de certa maneira, e às vezes até independentemente de sua vontade, tornaram-se reféns do seu próprio sucesso. Os tentáculos do poder midiático são terríveis! Isso é uma bola de neve... Vai-se tocando o barco sem muita preocupação com as consequências. O espetáculo sempre continua!

E daí?

Talvez a essa altura o leitor ou a leitora esteja raciocinando mais ou menos assim: poxa, mas o(a) Religioso(a) é alguém – ou ao menos se supõe que seja alguém – muito bem formado, muito bem “centrado”, ajustado, equilibrado psicologicamente. Uma pessoa assim dificilmente sucumbiria à ditadura da mídia ou à fama e ao sucesso decorrente dessa superexposição midiática. Sendo assim, a recomendação do “marqueteiro” João Santana se aplicaria a qualquer pessoa, menos a um(a) Religioso(a). Em poucas palavras: o Religioso ou a Religiosa, por mais que fizesse sucesso, este nunca “lhe subiria à cabeça”, como se costuma dizer por aí. A própria formação que recebeu ao longo dos anos de Vida Religiosa Consagrada serviria como se fosse um escudo. Também porque a opção por um estilo de vida simples, austera, escondida, e tudo o mais que se encontra enraizado na própria vocação, na especificidade da Vida Religiosa Consagrada, funcionaria como uma espécie de antídoto contra tudo isso. Mesmo brilhando nos palcos, a pessoa consagrada teria dificuldade em se deixar seduzir pelos apelos do mundo do espetáculo. Esse mundo do espetáculo nada mais seria do que uma forma nova de evangelizar as pessoas, um *areópago moderno* que a Igreja e a Vida Religiosa em particular precisam ocupar de qualquer maneira. Que mal existe nisso? Então, a crítica viria de Religiosos(as) antiquados(as) e retrógrados(as), pastoralmente falando.

Perguntar não ofende...

Diante desses argumentos, cremos que algumas perguntas poderiam ser feitas no sentido de levar adiante a reflexão que propomos. Vejamos, então:

1. Se olharmos com atenção as pessoas que integram, hoje, as nossas Congregações e Institutos Religiosos, será que de fato vamos encontrar homens e mulheres bem formados(as), muito bem “centrados(as)”, ajustados(as), equilibrados(as) psicologicamente?
2. Quantos(as) Religiosos(as) deixaram as suas Congregações ou Institutos quando começaram a fazer sucesso na mídia? Por que será?
3. Sem querer julgar ninguém, mas quantos(as) Religiosos(as) “artistas” (*popstars*!), por exemplo, podem dizer que estão evangelizando realmente?
4. Mesmo que admitíssemos que tal evangelização aconteça de fato, que tipo de cristão católico surge daí? Qual o seu compromisso efetivo com a comunidade eclesial? Que tipo de engajamento podemos esperar da massa que aplaude freneticamente os artistas católicos?

De maneira alguma pretendemos aqui esgotar o tema ou dar uma palavra final sobre ele. O assunto está posto sobre a mesa, e ele é complexo, é multifacetado. Nossa intenção é tão somente “levantar a bola” para que a Vida Religiosa Consagrada prossiga o jogo! O que a gente não pode mais é continuar negando o fato e camuflando as evidências. Diz o povo que *o pior cego é aquele que não quer ver...*

Se continuarmos assim, de plim-plim em plim-plim vamos aprofundar ainda mais a crise que atormenta a Vida Religiosa hoje. Sim, não precisamos de artistas nem de *popstars* do Evangelho. Precisamos (e com muita urgência...) de homens e mulheres que vivam, aqui e agora, a sua consagração religiosa com simplicidade, generosidade, coragem e alegria!

A Vida Religiosa: seu lugar no presente e no futuro. Sinais convergentes.

Um olhar histórico de ontem e de hoje

RONALDO MAZULA*

“Respondeu-lhe Jesus: ‘Que te importa se eu quero que ele fique até que eu venha? Segue-me tu’” (cf. Jo 21,22).

Nessa passagem de João vemos Pedro perguntando a Jesus, após a sua profissão de fé, o que seria de João... Sem rodeios, Jesus diz para ele não se preocupar com isso e que só deve ter em mente uma coisa: o seguimento! Diante das certezas e incertezas do futuro, a nós, Religiosos e Religiosas, só nos resta seguir Jesus, assumindo todas as consequências desta opção!

Introdução

A sociedade contemporânea vive momentos de dúvidas e incertezas sobre o seu futuro. Essas dúvidas nos remetem a questões antropológicas, culturais, econômicas, políticas, ecológicas, espirituais etc. Elas atingem, também, os sistemas religiosos, a Igreja Católica e a Vida Religiosa Consagrada. Creio ser difícil fazer previsões sobre o futuro da VRC.

Talvez, hoje, Jesus Cristo diria para não nos preocuparmos com isso!

Hoje se fala do *novo paradigma pós-religioso*, que provoca uma crise sem precedentes nos sistemas religiosos tradicionais. Se aceitamos que existe uma mudança de época, e que isto gera crise, creio ser necessário fazer duas perguntas:

- O que realmente é essencial e insubstituível na Vida Religiosa Consagrada?

* **Ronaldo Mazula** é sacerdote missionário claretiano, licenciado em História da Igreja (Gregoriana de Roma), professor em várias faculdades e articulador de projetos solidários, prefeito de Apostolado e vice-provincial dos Missionários Claretianos do Brasil-Moçambique. **Endereço do autor:** Rua Martim Francisco, 636, CEP 012266-000, São Paulo-SP. **E-mail:** ronaldomazula@hotmail.com.

- Quem está em crise: a VRC ou a forma de Vida Religiosa conhecida e vivida por nós hoje?

Nas últimas décadas, de modo especial após o Concílio Vaticano II, a VRC foi um dos grupos eclesiais que mais viveu processos de mudança. O processo de renovação pós-conciliar provocou estudos e o surgimento de documentos e escritos, tanto na Cúria romana como nas conferências regionais e nacionais, e também no seio dos Institutos masculinos e femininos.

Neste início de terceiro milênio pairam expectativas e dúvidas sobre o futuro da VRC ou desta forma de VRC!

Neste artigo, sem cair no saudosismo romântico, quero demonstrar que é possível encontrar respostas e ensinamentos a partir da própria história das formas de VRC que surgiram no decorrer destes dois mil anos. E faço isso tendo como fundamento os dois fios condutores de todas as crises e iniciativas dos que quiseram viver o compromisso evangélico em alguma forma de consagração: a *espiritualidade* enquanto dom carismático (a profunda experiência do encontro com Deus leva homens e mulheres a deixarem tudo para se agrupar numa comunidade e se entregar livremente ao serviço da humanidade) e a *pobreza* unida à *análise institucional*. A pobreza sempre foi um tema crítico, difícil e conflitivo: crítico, porque exige uma purificação constante das pessoas e das estruturas econômicas e jurídicas de cada instituto; difícil, porque exige ações concretas de ruptura com os bens materiais e estruturas que comprometem o carisma e a espiritualidade; conflitivo, porque esta opção gera divisões e celeumas entre os que desejam viver como Jesus viveu, já que “o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça” (Lc 9,58).

Aprofundo a visão histórica da VRC, considerando a sua capacidade de inventar, gerar e criar novos processos de consagração, na abertura ao sopro do Espírito Santo e aos sinais dos tempos, num diálogo aberto e acolhedor com o mundo e suas forças e fraquezas, superando a tentação de se fechar intransigentemente ao encontro com a humanidade,

tomando medidas paliativas ou ambíguas, fazendo reformas superficiais ou tentando restaurar formas passadas.

Falo de *reforma*, penso na resposta dos que, diante dos erros morais, éticos e disciplinares dos(as) Religiosos(as), pensam que a solução da crise está na aplicação de leis, normas e disciplinas. Esse artifício pode ajudar a colocar a *casa em ordem*, mas não soluciona os problemas que afetam a Vida Religiosa. Falo de *restauração*, pensando na resposta dos que buscam, só no passado, as soluções dos problemas atuais da VRC. Trazem para o presente formas e fórmulas que deram certo há cem, duzentos, mil anos e não dialogam com a sociedade atual! Vejo aqui um perigo que pode comprometer a essência e a presença da VRC no mundo atual, tão diferente do mundo antigo, da cristandade medieval e da Modernidade recente.

Nos últimos séculos, diante dos desafios emergentes que foram surgindo, a VRC, quando buscava novos caminhos e opções, utilizou muitas expressões: renovação, refundação, reavaliação, reforma, restauração etc. Olhando a história da VRC, encontramos lições que nos ajudam a ir ao encontro do que é essencial. E aqui podemos mencionar a sua origem carismática (um dom do Espírito Santo à Igreja e ao mundo); a resposta que homens e mulheres obedientes a Deus deram aos problemas do mundo e da Igreja; o caráter *marginal*, com sua desvinculação do poder social e eclesial; a opção constante pela periferia; a aceitação do Evangelho, assumindo o novo de Deus; o novo *divino* vivido na comunhão fraternal e sororal; o *novo* divino, que se torna missão. Por fim, quando a VRC perde o referencial evangélico e passa a depender do poder e da Instituição, surgem crises e encruzilhadas: então o Espírito divino envia novas formas de Vida Consagrada e se inicia um novo ciclo...

Quando Jon Sobrino aprofunda o tema da radicalidade do seguimento, falando do ponto nuclear que, independentemente das circunstâncias e contingências históricas, não pode mudar ou ser deixado de lado, afirma que os votos religiosos

permitem e exigem que o religioso esteja presente no deserto, na periferia e na fronteira. Por *deserto* entendemos que o religioso deve estar ali onde de fato não há ninguém, como foi, ao longo da história, o caso da presença dos religiosos em hospitais, escolas ou, modernamente, em paróquias não atendidas. Por *periferia* entendemos que o religioso deve estar não no centro do poder, mas ali onde não há poder e sim impotência. Por *fronteira* entendemos que o religioso deve estar ali onde antes de tudo é preciso experimentar, segundo a necessária imaginação e criatividade cristã, onde o risco é maior, onde é mais necessária a atividade profética para sacudir a inércia em que a Igreja em sua totalidade está se petrificando, ou para denunciar com mais energia o pecado (1981, p. 335).

Enquadrarei a história da VRC, conectada à cronologia da história da Igreja, acompanhando a cronologia eclesial convencional, dividida nas idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. Apresentarei um quadro sintético da história da Igreja e, logo a seguir, uma síntese da história da VRC de cada período, aprofundando suas forças e fraquezas, luzes e sombras.

Finalmente, proporei possíveis ensinamentos que cada período nos oferece para os dias atuais.

Igreja e Vida Religiosa na Idade Antiga (séculos I-VII)

Igreja antiga

Jesus anunciou sua Boa-Nova na Palestina dominada pelo Império Romano. Nos três primeiros séculos, o Cristianismo foi perseguido pelos romanos. Este é o período de uma tímida expansão do Cristianismo, que foi lentamente organizando sua espiritualidade, as formas de piedade, a estrutura, os escritos bíblicos e a doutrina. É época de uma forte dimensão apologética, em função das perseguições e dos mártires que testemunharam, com a vida, o engajamento ao Cristianismo.

No século IV, ocorreu a grande reviravolta da vida cristã com o fim das perseguições no ano 311, com a liberdade de culto no Édito de Milão de 313 e com a elevação do Cristianismo a religião oficial do Império Romano, em torno do ano 390. Começou a aliança com o poder estatal, com seus pontos negativos e positivos. O Cristianismo teve uma grande expansão, com muitas conversões das elites romanas (nobres, exército, filósofos etc.) e de outros povos vinculados ao Império.

No século IV, surgiram várias heresias, com destaque para arianismo, apolinarismo, nestorianismo, monofisismo, donatismo e pelagianismo. A fim de resolver os problemas levantados pelas heresias e para organizar a Igreja diante dos novos desafios, foram convocados os primeiros concílios ecumênicos. Foram importantes os Santos Padres no processo de formulação da ortodoxia cristã e na organização da vida cristã. Com a queda de Roma no ano 476, cresceu a presença e influência do Cristianismo no Ocidente europeu, ocasionando o início da cristandade medieval.

Vida Religiosa antiga

Nos três primeiros séculos do Cristianismo, podemos afirmar que não existiu uma VRC formal, como a entendemos hoje. Surgiram as *virgens* (que viviam nas cidades, com estilo grupal em torno da oração, caridade e evangelização) e os *ascetas* ou *anacoretas* (que viviam nos desertos e florestas e levavam uma vida de austeridade, pobreza, oração e evangelização). A virgindade era valorizada como forma de imitar o estilo de vida de Jesus e como meio de se colocar a serviço do Senhor. Os Padres do Deserto (Antão, Paulo Ermitão, Hilário etc.), com vida austera e pobre, chamaram a atenção de muitos cristãos, e se formaram muitas colônias monásticas. Eis alguns elementos da espiritualidade do deserto: consagração a Deus, força da virgindade, pobreza, *fuga mundi*, luta contra o demônio em seus domínios, oração e abertura para a evangelização.

No fim do século III e início do IV, foi se organizando o monaquismo, a partir da vida comunitária. Existem muitas

teses sobre os motivos de seu surgimento: uma cópia do estilo de vida dos monges ou sacerdotes de outras religiões (sacerdotes gregos e egípcios, monges budistas da Índia e os grupos judaicos antigos, como os nazarenos, recabitas e essênios); as dificuldades de se viver numa sociedade romana mundanizada (a *fuga mundi*); o protesto contra um Cristianismo que se aliou ao poder e perdeu a virtude, a pureza e a ação profética; o desejo de viver o martírio após o fim das perseguições (o martírio branco); a busca da tranquilidade para se viver a oração e a união com Deus (a vida paradisíaca); a luta contra o demônio e suas forças contrárias a Deus; enfim, a vontade de se dar uma resposta livre e generosa ao chamado de Deus para segui-lo e se consagrar a ele.

Após falar das mudanças provocadas na *era constantiniana* e da mediocridade do Cristianismo atrelado ao Estado e mundanizado, J. A. Gómez afirma:

Neste contexto de mediocridade que se inaugura na Igreja com a paz constantiniana é onde tem de se situar o nascimento da vida monástica, e a partir dele tentar explicar a utilidade carismática que o Espírito quis trazer para a sua Igreja ao suscitar agora, e não antes, esta modalidade da vida cristã. O monacato aparece como uma reação, como um protesto contra essa degradação do ideal cristão primitivo. Por isso, Dom German Morín disse algo que, à primeira vista, podia parecer um contrassentido: não é precisamente a vida monástica a que constitui uma novidade na Igreja dos inícios do século IV, e sim, mais ainda, a vida acomodada às exigências deste mundo, no próprio momento em que cessam as perseguições. Os monges somente guardam, em meio às novas circunstâncias, o ideal intacto da vida cristã do começo da Igreja. Os cristãos de verdade, em meio a um mundo que já não os trata como inimigos, sentem a obrigação de comportar-se como inimigos do mundo. Deram-se conta de que, se não se comportam assim, se converterão logo em escravos deste mundo excessivamente acolhedor. Por isso, fogem. Marcham para o deserto (1979, p. 45).

Surgiram as Regras monásticas, com destaque para as de Pacômio, Basílio, Agostinho, Bento de Núrsia, Santa Escolástica. Os mosteiros exportaram missionários, dominaram a ciência, fundaram cidades, organizaram a agricultura, incrementaram o comércio etc. Alguns setores da VRC protestaram contra a união do Cristianismo com o Estado. Com as invasões dos povos eslavos e nórdicos no Império Romano e com a queda de Roma no ano 476, a Igreja adquiriu uma importância insubstituível na Europa ocidental, e os mosteiros ocuparam espaço importante na organização social e eclesial da cristandade emergente.

Segundo P. G. Cabra,

o monaquismo gerou várias teologias e espiritualidades: a do *deserto* (lugar do noivado do povo com Deus, onde o monge vive o seguimento de Cristo no desprendimento mais radical possível. No deserto, todavia, encontra primeiro a si mesmo, descobre o seu afastamento de Deus e compreende que precisa dar início ao penoso retorno a ele); a *martirial* (vida austera como martírio e totalmente dedicada a Deus); a da imitação dos *apóstolos* (deixam tudo para seguir o Senhor, vivem a fraternidade e a missão); a do *sinal* (sinal vivo do que deveria ser a Igreja: vida inteiramente dedicada a Cristo); a da *profecia* (resposta aos males do tempo e às banalizações e deficiências da Igreja); a da *vida angélica* (oração incessante na presença de Deus e com a castidade consagrada se aproximam da condição angélica, Mt 22,30); a do *sinal escatológico* (do mundo futuro, pois a nossa pátria está no céu...); a das *duas vias* (ou da “via real”, na qual se assume os conselhos evangélicos) (2006. p. 29-46).

Igreja e Vida Religiosa na Idade Média (séculos VII-XIII)

Igreja medieval

Nessa época emergiu o *sistema de cristandade medieval*, com a forte aliança entre Igreja e Estado, com o perigo do

cesaropapismo (ingerência do Estado nos assuntos eclesiásticos) e da hierocracia ou eclesiocentrismo (ingerência da Igreja nos assuntos do Estado). A cristandade medieval era fortemente agrária, feudal em algumas áreas, autoritária e com papéis definidos, e nesse contexto ocorreu a consolidação das instituições cristãs. No século IX, veio a grande crise desse modelo com o *século de ferro*, e surgiram os movimentos de reforma, com a reforma monástica de Cluny (a partir do ano 909) e a reforma eclesial do Papa Gregório VII (1075), que conduziram a Igreja ao auge do papado com Inocêncio III. Nesse contexto foram convocadas as Cruzadas de 1095 a 1270. A partir do século XI, as cidades medievais cresceram, foram fundadas as universidades e lentamente se organizou a vida burguesa com as propostas antropocêntricas e democráticas. Expandiu-se pela Europa a ciência escolástica, com os tratados teológicos. Apareceram as *heresias sociais* medievais, contrárias ao poder político e eclesial, representadas pelos cátaros ou albigenses, valdenses e apocalípticos. E, para combatê-las, foi organizada a Inquisição, a partir de 1184, que puniu inocentes e se tornou a instituição mais criticada da história do Cristianismo.

Vida Religiosa medieval

Na cristandade, os mosteiros antigos tinham grande importância e poder. Com o tempo, perderam o vigor carismático e se tornaram fonte de riquezas e de cobiça dos nobres feudais e bispos. Os mosteiros se tornaram potência econômica em função dos trabalhos dos monges, das doações de terras e dos bens recebidos dos senhores feudais e colaboradores. Com o tempo, os monges deixaram o trabalho manual nas mãos dos servos e se dedicaram mais à vida de oração e às atividades intelectuais. Era preciso voltar às origens e aos dinamismos fundacionais. Reformar era preciso!

Surgiram movimentos de reforma com Bento de Aniane na época carolíngia, e no início do século IX a Regra beneditina foi adotada em todo o Império. Na França, a reforma monástica beneditina de Cluny, a partir de 909, reforçou

a vida de oração e adotou uma forte organização nos países europeus, a ponto de se tornar a base da reforma de Gregório VII, no século XI. A partir do século XI, foram fundados os camaldolenses, com São Romualdo; os cartuxos, com São Bruno de Colônia; e os cistercienses, com São Roberto de Molesme. Essas são consideradas as Ordens religiosas mais austeras do Cristianismo. No contexto das Cruzadas, surgiram também as Ordens militares. A VRC protestava contra um Cristianismo aliado ao poder e que tinha se tornado refém das riquezas, próprias do mundo temporal.

No fim da Idade Média, o mundo agrário europeu entrava em crise, as universidades se expandiam e as corporações medievais se fortaleciam. Cresceram os burgos e surgiram as Ordens mendicantes, com destaque para São Francisco de Assis e Santa Clara. Posteriormente, outras Ordens assumiram a mendicância: dominicanos de São Domingos de Gusmão, carmelitas, mercedários, trinitários, servitas etc. Elas se dedicaram ao apostolado universal; optaram pela pobreza e mendicância, não só dos seus membros, mas da Instituição; foram ao encontro dos pobres e doentes, tão distantes do mundo dos mosteiros; construíram suas comunidades dentro das cidades e não mais nas florestas, como os mosteiros medievais; os seus membros estudavam para se dedicar às ciências, estando nas universidades e combatendo as heresias; ao contrário dos monges leigos medievais, muitos optaram pelo sacerdócio ministerial, para catequizar e administrar os sacramentos; os frades deixavam o mosteiro para as atividades apostólicas e caritativas e isto não era compatível com a vida do coro e dos longos ofícios. Essas Ordens cresceram rapidamente e também viveram crises, provocadas principalmente pela dificuldade de se viver a pobreza radical, difícil de conciliar com as estruturas monásticas e comunitárias, numa época em que o papado e o Cristianismo estavam no auge do poder temporal. A Inquisição fortaleceu o combate às heresias e muitas Ordens se uniram ao projeto da cristandade, e muitos(as) Religiosos(as) que optaram pela pobreza e que criticaram as

riquezas temporais da Igreja também foram perseguidos(as) pelos tribunais inquisitoriais.

A Igreja e a Vida Religiosa na Idade Moderna (séculos XIV-XVIII)

Igreja moderna

A partir do século XIV, a cristandade medieval entrou numa crise que durou até o Concílio Vaticano II. As preocupações temporais e políticas tornaram o papado do Renascimento decadente, e reflexo disso foi o desterro de Avinhão (1308-1378), o cisma do Ocidente (período em que tivemos dois ou três papas – 1378-1417). Um papado nepotista e mundano gerou movimentos de protesto e surgiu a *teoria conciliarista*, que afirmava ter o concílio ecumênico poder superior ao do papa, com poder, mesmo, para depô-lo. O conciliarismo e o cisma do Ocidente foram eliminados no Concílio de Constança (1414-1418). O clero era mal-formado e relapso, na ação pastoral, e os bispos não visitavam as dioceses e estavam envolvidos em assuntos temporais. Tais fatos fizeram crescer o clamor de uma reforma eclesial, defendida pelos *pregadores ambulantes*; pelos humanistas cristãos que queriam uma Igreja fiel ao Evangelho e livre dos vínculos temporais; por alguns reis católicos (Fernando e Isabel da Espanha); pelos Oratórios do Divino Amor (grupos de leigos que se uniram para fazer obras de caridade e reformar a Igreja); pelos reformadores dentro das ordens religiosas tradicionais (benedictinos, franciscanos, dominicanos etc.).

Os projetos de reforma não atingiram o papado e o alto clero e veio o grande cisma com Martinho Lutero. No Concílio de Trento (1545-1563), a Igreja Católica se reorganizou com uma teologia clerical, sacramentalista e com forte disciplina. Para aumentar a crise eclesial, cresceu o movimento iluminista, com fortes críticas à religião, e o absolutismo dos reis europeus, com forte controle nos assuntos eclesiais. Essa foi a época de um grande silêncio eclesial e de um movimento interno de reforma.

Com a Revolução Francesa, em 1789, aumentaram as perseguições contra a Igreja Católica, até mesmo na América Latina. Após o Congresso de Viena, em 1815, a Igreja Católica recuperou parte de sua influência e surgiu um forte movimento de restauração, com o desejo de retorno ao *antigo regime*, isto é, à cristandade medieval e à condenação das propostas modernistas. A Companhia de Jesus, suprimida em 1773, foi restaurada em 1814, e houve a fundação de novas Congregações religiosas, todas com um forte estilo restauracionista.

Vida Religiosa moderna

A crise da cristandade medieval provocou outra reforma das Ordens tradicionais. Muitos mosteiros perderam seu vigor e disciplina em função da encomenda (sistema que dava a um bispo, padre ou leigo(a), dispensados das obrigações e compromissos monásticos, a direção de mosteiros e abadias). A *peste negra* que abalou a Europa entre 1348-1350 matou em torno de quarenta milhões de pessoas e acabou com muitos mosteiros. Mas surgiram novas ordens (Irmãos e Irmãs de Vida Comum, olivetanos, jesuatos, Mínimos de São Francisco de Paula, a Ordem do Santíssimo Salvador de Santa Catarina da Suécia etc.). Os *pregadores ambulantes*, padres e religiosos(as), santos e austeros, denunciavam os erros eclesiais, defendiam a reforma e combatiam as heresias (Bernardino de Senna, Vicente Ferrer, João de Capistrano, Santa Catarina de Sena etc.). A *ciência escolástica* se expandiu e surgiram grandes teólogos nas Ordens religiosas (Santo Tomás de Aquino, São Boaventura, Guilherme de Ockham, Duns Escoto etc.). A *mística medieval* encontrou também grande recepção nas Ordens religiosas.

Martinho Lutero era religioso agostiniano, participou de movimento de reforma de sua Ordem e, na obra *Juízo dos votos monásticos*, criticou o formalismo religioso, os votos religiosos como meio de salvação e convidou a VRC ao retorno evangélico. Apareceram novas fundações religiosas mais abertas aos desafios da Modernidade do que as antigas Ordens medievais, pois assumiram trabalhos missionários

em outros continentes, a educação, o cuidado com os doentes e a atenção ao mundo dos pobres e excluídos. Eram Institutos marcadamente sacerdotais, pois era preciso doutrinar as multidões, oferecer a elas os sacramentos e combater as heresias; havia uma grande insistência na formação intelectual; a vida comunitária se direcionava para a vida apostólica intensa e as estruturas eram ágeis, os ofícios corais foram eliminados e muitos não tinham hábitos próprios. Surgiram os teatinos de Caetano Thiene, os somascos de São Jerônimo Emiliano, os barnabitas de Santo Antônio Zacaria, os camilianos de São Camilo de Lélis, os hospitalários de São João de Deus etc. Destacaram-se os jesuítas de Santo Inácio de Loyola, que chegaram ao Brasil em 1549.

A Companhia de Jesus é algo novo e servirá de modelo de novas fundações. Para Santo Inácio, a missão está no centro de tudo, com particular atenção para as necessidades da Igreja. A companhia aceita os desafios do Humanismo e do novo Racionalismo, da Reforma Protestante, das descobertas geográficas e dos novos campos de missão. Tudo, portanto, deve ser orientado para a missão: oração, comunidade, preparação cultural específica (Cabra, 2006, p. 62).

Na VRC feminina, iniciou-se um processo de ruptura com a clausura para que as Religiosas se dedicassem ao apostolado e ao serviço dos pobres e enfermos. Apesar das dificuldades da canonística e dos preconceitos da hierarquia local, destacou-se Santa Ângela de Mereço, que em 1535 fundou as ursulinas, para viver sem hábitos monásticos, sem clausura e dedicadas ao cuidado dos pobres, dos enfermos em suas casas e das crianças abandonadas – a Ordem foi suprimida e restaurada em 1866. Mary Ward trabalhou na Inglaterra e Holanda e fundou o Instituto da Bem-Aventurada Virgem Maria em 1609: ela foi perseguida pela Inquisição, o Instituto foi supresso em 1631 e teve sua aprovação em 1749. Tivemos, ainda, a fundação da Companhia das Filhas da Caridade de Santa Luísa de Marillac e da Ordem da Visitação de Santa Joana F. Chantal.

São Filipe Néri destacou-se com os oratórios para trabalhar com a juventude, o que caracterizou as chamadas Sociedades de Vida Apostólica, cujos membros eram sacerdotes diocesanos que viviam em comum, mas não tinham votos religiosos e eram organizados em torno do voto de obediência: lazaristas de São Vicente de Paulo, eudistas de São João Eudes, sulpicianos de Jacques de Olle etc.

Antes da Revolução Francesa, a VRC viveu uma grande crise: cresceram as críticas iluministas, diminuíram as vocações; as riquezas e o aburguesamento atingiam os Institutos que tinham grandes latifúndios; e o formalismo religioso era deprimente. Calcula-se que, somente na França, de 740 abadias existentes no país, 625 estavam encomendadas, ou seja, não eram dirigidas por religiosos(as) e sim por leigos(as) ou clérigos. Mesmo assim, nessa época nasceram algumas Congregações: os redentoristas de Santo Afonso Maria Li-gório, fundados em 1720; os passionistas de São Paulo da Cruz; as Pias Operárias da Imaculada Conceição, fundadas por Francisco Marcucci em 1744, etc.

Idade Contemporânea (séculos XIX-XXI)

Igreja contemporânea

Após a Revolução Francesa, aconteceu a *restauração eclesial católica*, que defendia a volta à cristandade medieval. Iniciou-se a separação entre a Igreja e o Estado laico e houve perseguições contra a Igreja. Muitos países tiveram guerras internas: entre monarquistas, geralmente apoiados pela Igreja Católica, e liberais e democratas republicanos, apoiados pelas classes burguesas emergentes. No contexto da restauração do século XIX, o desejo de voltar ao *antigo regime* dificultou o diálogo da Igreja Católica com o mundo moderno e provocou a *intransigência católica*, especialmente com o Papa Pio IX, que promulgou a lista dos *erros modernos* com o *Syllabus* de 1864, condenação esta reafirmada por Pio X em 1907 com a encíclica *Pascendi Dominici Gregis*. Em 1870, houve a unificação italiana, com a consequente perda

do Estado Pontifício pela Igreja e a crise política que durou até 1929. Com o Papa Leão XIII (1878-1901) começou um lento processo de abertura com a encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, sobre as questões sociais e o início das reformas da Cúria romana e do *Código de Direito Canônico*.

No século XX, emergiram os totalitarismos comunista, fascista e nazista, as grandes guerras mundiais, a expansão comunista e o Estado materialista, as novas tecnologias, as mudanças sociais, com um forte processo de descristianização e secularização, o fortalecimento do Estado laico e a perseguição à Igreja em muitos países. Na Igreja Católica, vários movimentos de renovação eclesial prepararam o caminho da renovação eclesial: os movimentos bíblico e litúrgico, a renovação do *Código de Direito Canônico*, o movimento dos Padres Operários, a abertura ao laicato e a organização da Ação Católica etc. No Concílio Vaticano II (1962-1965), a Igreja Católica adotou o modelo de *Igreja, Povo de Deus* e buscou o diálogo com o mundo moderno, com todos os riscos de uma mudança, e se fez mais sensível aos problemas do mundo (a situação da exclusão e pobreza).

Com a crise socialista, a partir de 1989 ocorreu a *morte das utopias* e o desencanto com a Modernidade. Surgiu a Pós-Modernidade e se fortaleceu a globalização neoliberal. Na Igreja, houve um grande movimento de abertura e renovação eclesial após o Concílio Vaticano II. Mas, no fim do século XX, ocorreu o início de um neoconservadorismo eclesial com ares de neocristandade, com os desvios das propostas do Vaticano II e com o surgimento de um Cristianismo *light*, emotivo e pessoal.

Vida Religiosa contemporânea

No século XIX, nasceu o maior número de Institutos religiosos na história da VRC, marcados pelo ideal de restaurar a cristandade medieval, onde Igreja e Estado caminhavam juntos. J. A. Gómez assim descreve as características dessas novas fundações ocorridas no contexto da restauração católica:

Todos os Institutos fundados no século XIX levam o signo da restauração monástica e da restauração política. Isso condicionaria sua *resposta* e seu *serviço* às exigências do mundo e da Igreja. À restauração monástica vai corresponder, em todas essas novas Congregações, tanto masculinas como femininas, um estilo de vida enclausurada que contradiz notavelmente a função de serviço para o qual foram fundadas. E como consequência da restauração política, as novas Congregações – e nisto coincidem também as antigas Ordens monásticas e mendicantes, restauradas após a Revolução Francesa – adquirem um forte matiz reacionário diante da nova sociedade e da nova cultura e, sobretudo, diante das novas liberdades surgidas da Revolução Francesa. Tudo isso condicionará muito fortemente o modo de ser e de viver dos religiosos durante um século e meio, praticamente até nossos próprios dias (1979, p. 153).

Esses novos Institutos tinham também uma grande sensibilidade pelo mundo dos pobres e desenvolveram grandes ações caritativas e de promoção humana, sendo influenciados pela espiritualidade diaconal de São Vicente de Paulo. Assumiram a missão além-fronteiras (Ásia, América e África), seguindo o modelo de dedicação missionária de Santo Inácio de Loyola. Contaram com o apoio da hierarquia católica e sofreram a influência de um pesado juridicismo marcado pelo espírito ultramontano que controlava tudo, desde Roma. Muitas Congregações levaram suas *cúrias generalícias* para Roma e “isto supôs uma centralização sufocante dos Institutos, o que, por sua vez, contribuiu para a perda da vitalidade dos ministérios apostólicos e a uniformidade do próprio estilo de vida” (Gómez, 1979, p. 153). Isso dificultou a criatividade apostólica e uma grande observância disciplinar fazia com que o apostolado ficasse condicionado aos horários e atos comunitários, “de modo que Institutos fundados para uma ação apostólica comprometida e empreendedora regulassem sua existência por umas normas de tipo monásticas” (Gómez, 1979, p. 154). Sobre a sensibilidade social dessas fundações modernas, Gómez afirma que

surgiram para atender as necessidades mais urgentes e universais da situação social criada pela Revolução Industrial e o operariado, que acumulou miséria e mais miséria nas grandes cidades. A Vida Religiosa suscitou Congregações abundantes, nos dois últimos séculos, para atender a tantas necessidades prementes. Mas me atreveria a dizer que a essas Congregações, para que se houvessem constituído não só em serviço, e sim em resposta adequada, lhes faltou algo muito importante. E foi a compreensão por parte da *hierarquia eclesiástica*. Não me refiro, evidentemente, à compreensão para seu serviço, que foi compreendido e aceito. Prova disso foi a facilidade concedida por Roma para a aprovação das novas Congregações. Refiro-me à falta de compreensão da Igreja para a questão social, em geral. É notório o fato de que até fins do século passado não se publicara uma encíclica como a *Rerum Novarum*, que já fazia falta por, pelo menos, cinquenta anos antes. Consequentemente, não se deve estranhar que a Vida Religiosa dera uma resposta de serviço concreto a tantas urgências sociais dos mais pobres: mas não a deu em nível ideológico. Nesse ponto, poder-se-ia dizer que a Vida Religiosa participou do atraso geral da Igreja oficial (1979, p. 155-156).

Em 1816, foram fundados os Oblatos de Maria Imaculada, os Oblatos de Maria Virgem e os estigmatinos; os Irmãos do Sagrado Coração, em 1821; os basilianos, em 1822; os palotinos, em 1846; os claretianos de Santo Antônio Maria Claret, em 1849; os salesianos de Dom Bosco, em 1859; os combonianos, em 1865; os padres brancos da África, em 1868; os verbitas de Arnaldo Janssen, em 1875; escalabrianos de João Scalabrini, em 1887; os xaverianos de Guido Conforti, em 1895; etc. Na VR feminina, houve centenas de fundações, voltadas para a vida apostólica e caritativa, livres da clausura: Irmãs do Sagrado Coração, Irmãs de São José de Cluny, Irmãs Escolares de Nossa Senhora, Irmãs de Santana, palotinas, salesianas, claretianas, combonianas, salvatorianas etc. No Brasil, também foram fundadas várias Congregações: Irmãs do Imaculado Coração de Maria, de Bárbara Maix, em 1849; Irmãzinhas da Imaculada Conceição, em 1888, de Madre Paulina etc.

Na primeira metade do século XX, apesar das duas grandes guerras, as Congregações religiosas tiveram crescimento quantitativo extraordinário e houve muitas fundações que valorizavam as vocações autóctones e o envio de missionários para a Ásia, África e América. Mas continuavam com um juridicismo muito forte, com o centralismo romano, a sacralização das *regras*, o culto dos *sinais exteriores* (como a batina, tonsuras, cores dos hábitos etc.).

Surgiu a Pequena Obra da Divina Providência de Dom Orioni, em 1903, e Tiago Alberione fez fundações na área dos meios de comunicação. Tivemos também os Filhos da Caridade de Jean Anizam; os rogacionistas de Anibal Francia, para trabalhar na animação vocacional; a Pequena Missão para Surdos-Mudos de José e Augusto Gualardi; os Pequenos Irmãos de Jesus, fundados pelo Padre René Voillaume, no deserto do Saara; os Legionários de Cristo de Marcial Marciel etc. Na VRC feminina, foram fundadas as Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, em 1894; as Irmãs Missionárias da Consolata, em 1910; as Servas de Santa Teresinha, em 1937; as Missionárias de Ação Paroquial, em 1943; e Madre Teresa de Calcutá fundou as Missionárias da Caridade, em 1948. No Brasil, foram fundadas as Franciscanas da Santíssima Trindade, em 1929; as Mensageiras do Amor Divino, em 1954; as Missionárias de Santo Antônio Claret, em 1958; etc.

No século XX, surgiram as *Comunidades Ecumênicas*, nascidas no seio do mundo protestante, tão avesso à VRC. Destacamos aqui a Comunidade de Taizé de Roger Schütz, fundada na França, em 1940; a Comunidade de Darmstadt, fundada na Alemanha, em 1945; a Comunidade de Bose, fundada na Itália, 1964; a Fraternidade Romainmotiër, na Suíça; e outras.

O percurso da caridade no lapso do século XX, provavelmente por necessidade de fraternidade, de unidade e de partilha do conhecimento e da vida, se apresentou em chave ecumênica. Este caminho caritativo de todos os homens tem como elemento determinante a unidade da Igreja, a vivência do amor recíproco

do Povo de Deus com o objetivo de viver uma experiência espiritual ecumênica, entre membros de diversas confissões cristãs, fez com que fossem constituídas verdadeiras e próprias comunidades de estilo monacal (VV. AA., 1990, p. 475).

O impulso e a valorização da vocação laical fez com que se fortalecessem e nascessem muitos *Institutos Seculares*, que, de acordo com o cânon 710 do *Código de Direito Canônico*, são Instituições de Vida Consagrada, nas quais “os fiéis, vivendo no século, se esforçam por atingir a perfeição da caridade e por contribuir, para a santificação do mundo, sobretudo a partir de dentro”. Destaco aqui: Companhia de São Paulo, fundada em Milão, em 1920; Sociedade Sacerdotal Santa Cruz-Opus Dei; Instituto Schönstat, na Alemanha (1926); Missionárias Seculares Escalabrinianas, na Suíça (1961). No Brasil, temos as Servas de Jesus Sacerdote (1950); Instituto Secular Nossa Senhora da Anunciação (1965); Instituto Secular de Fraternidades Evangelizadoras (ISFE) fundado em Santo André (1987); etc.

Importante também foi o processo vivido pela VRC no contexto do Concílio Vaticano II. Escrevem Codina e Zevallos:

O Concílio Vaticano II marca uma mudança de rumo na trajetória eclesial dos últimos séculos. Encerra-se com ele a época da cristandade iniciada no século IV e se recupera a tradição eclesial mais primitiva, mas aberta aos novos condicionamentos da época moderna. De uma eclesiologia centrada quase exclusivamente na hierarquia se passa para uma eclesiologia do Povo de Deus... A Igreja redescobre seu aspecto comunitário e reaparece novamente o tema dos carismas na Igreja... Não é estranho que a teologia da Vida Religiosa encontre novos canais de expressão... Não se pode falar de Vida Religiosa a não ser dentro do modelo eclesial e não se pode falar adequadamente da Igreja se não for incluída a Vida Religiosa (1987, p. 132-133).

O Vaticano II foi o concílio que mais falou da VRC, até mesmo promulgou o decreto *Perfectae Caritatis* e, em vários documentos, faz menção à VRC: constituição *Lumen*

Gentium, n. 6; decreto *Christus Dominus*, n. 33-35; decreto *Apostolicam Actuositatem*, n. 25-26; decreto *Ad Gentes*, n. 15, 18-20, 30-40; decreto *Unitatis Redintegratio*, n. 6. Gómez confirma isso quando escreve que

a Vida Religiosa foi o grupo eclesial mais lembrado pelo Concílio; talvez porque era também o que mais urgente revisão e adaptação necessitasse. Imediatamente depois do Concílio, os religiosos entraram numa posição e sã tensão de busca. Por todas as partes proliferaram grupos de reflexão, assembleias, encontros, conferências, cursos, congressos nacionais e internacionais. Foi um grande movimento que, ainda hoje, continua. Desse trabalho de renovação foram as “Constituições renovadas”, onde encontramos expressa, com mais clareza, a identidade própria de cada instituto (1990, p. 654-655).

Assim, à luz do Concílio Vaticano II, foi iniciada a renovação da teologia da VRC. Na década de 1960, houve a abertura para os problemas das estruturas econômicas que geravam milhões de excluídos, com a opção pelos pobres e a proposta de transformação econômica e política, gerando a época martirial na América Latina e o processo de inserção no mundo da pobreza. Na década de 1980, ocorreu a reflexão em torno do carisma dos(as) fundadores(as) e o aprofundamento na dimensão cristológica e pneumatológica. No fim da década de 1980, surgiram a preocupação com a pessoa do(a) religioso(a) e o tema da missão e identidade da VR, com a reflexão da *refundação* e da *análise institucional*. Em 1994, ocorreram o Sínodo dos Bispos sobre a Vida Consagrada e o convite à conversão aos grandes eixos da teologia da VRC, com a exortação pós-sinodal *Vita Consecrata*: a experiência profunda do amor de Deus (*Confessio Trinitatis*), o compromisso com a vida comum (*Signum Fraternalitatis*) e a abertura para o serviço e doação ao mundo, especialmente aos pobres (*Servitium Caritatis*).

Na América Latina, após o Concílio Vaticano II, apesar de algumas resistências à renovação conciliar, muitos(as) Religiosos(as) assumiram um compromisso encarnado

diante da pobreza do continente. Com a elaboração da Teologia da Libertação, muitos foram martirizados pelo poder opressor na luta contra a pobreza, defendendo a mudança das estruturas políticas e econômicas. Foi a época da opção pelos pobres, a valorização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a chegada da Bíblia nas mãos do povo, com uma nova hermenêutica e a inserção da VRC nos meios populares e pobres.

No fim de milênio, surgiram as *Novas Formas de Vida Consagrada*, com alguns aspectos marcantes: recuperam o dinamismo evangélico com uma vida pobre, optando pelos pobres das periferias e centros urbanos; incorrem no perigo de restaurar formas antigas e arcaicas com o risco de não se adequarem aos tempos atuais; alguns carecem de organização e formação, sofrendo com os problemas da improvisação, da falta de visão diante dos limites do mundo e da Igreja; dialogam e se aproximam do estilo de vida Pós-Moderno, correndo o risco de se envolverem com as benesses do capitalismo neoliberal, com os privilégios advindos da aliança com os poderes dominantes e com uma visão de Catolicismo triunfante e ufanista; trabalham com as novas tecnologias e a mídia, direcionando-as para a evangelização e a catequese, mas correm o risco de se perder nos perigos do espetáculo e do consumismo midiático. Destaco a Toca de Assis de Campinas (1994), a Comunidade El Shaddai-Pantokrator de Campinas (1996), a Comunidade Emanuel de Paris (1972), a Shalom de Fortaleza (1985), a Comunidade Belém de São Paulo, a Comunidade Obra de Maria de Recife (1990), a Aliança de Misericórdia de São Paulo (1999), os Arautos do Evangelho de São Paulo (1976) e a *Fazenda Esperança* de Guaratinguetá (1983), com suas comunidades terapêuticas etc.

O Congresso da Vida Consagrada, com o tema *Paixão por Cristo, Paixão pela Humanidade*, convidou a VRC a aprofundar suas raízes, identidade e profecia. Hoje, surgem vozes que desafiam os poderes deste mundo, assumindo a cruz e a Paixão de Jesus, no serviço aos pobres e sobrantes. Mas

percebe-se também um desencanto, neoconservadorismo e aburguesamento da VRC...

Religiosos(as), sacerdotes e leigos(as) apresentam alguns desafios da VRC do terceiro milênio: *fidelidade* crítica e criativa à Igreja e à comunidade local; espírito de *pobreza* e verdadeira *comunhão*. *Testemunho* de Deus no mundo das grandes pobreza e atuação inclusiva (intergeracional, intercultural, intergêneros e intercongregacional). *A Formação*: seguiremos formando a *juventude moderna* com velhos modelos? Como preparar Religiosos(as) que testemunhem o amor de Deus numa sociedade cada vez mais secularizada e sejam sinal de equilíbrio e relação madura com o outro, com Deus e com o mundo, superando toda fragmentação? Uma VRC atrativa à *juventude* de hoje, que seja capaz de experimentar, com sinceridade, a acolhida à diversidade cultural e a experiência que cada jovem traz consigo. *Compreender e dialogar com a proposta teológica do paradigma pós-religional* e outras teologias. Favorecer o *diálogo* ecumênico e inter-religioso. Abrir-se às *novidades*, às diferentes mentalidades, culturas e espiritualidades do mundo globalizado. *Comunidades* simples, enraizadas no Evangelho, livres e abertas ao mundo, situadas entre os mais necessitados, desvinculadas das grandes Instituições, em caminho de itinerantes. *Profecia*: com uma VRC inserida nas periferias do mundo e atenta ao clamor das juventudes, indígenas, migrantes, mulheres, população em situação de rua, movimentos ecológicos, homossexuais, casais em segundas núpcias etc. Uma VRC presença de *esperança*, que luta por políticas públicas e por novas relações. VRC *missionária*, que coloque seus bens a serviço da missão e da vida, sem silenciar a denúncia e testemunhando o Evangelho anunciado por Jesus. *Leveza e agilidade institucionais* que projetem a VRC para *mudanças* contínuas e libertação do *cativeiro institucional*, construído nos últimos séculos, para viver em plenitude a vocação profética e o serviço à humanidade.

Ensinaamentos para a Vida Religiosa Consagrada contemporânea

Após essa retrospectiva e análise histórica, é possível tirar lições para os desafios da Vida Religiosa contemporânea?

Ao olhar para o passado, corremos o risco de perder a capacidade de pensar uma teologia da VRC que mergulhe no contexto atual e busque nele as respostas para sua existência e sentido. Espero que, ao tirar algumas lições da história, encontremos um caminho para novas hermenêuticas condizentes com os desafios atuais.

Os Institutos religiosos são uma constante na vida eclesial e foram fundados ou se renovaram sempre com uma sensibilidade aos processos desafiantes vividos pela sociedade, pela Igreja e pela própria VRC. Na história da VRC, sempre existiu a tensão entre a fidelidade ao seguimento de Cristo no serviço à humanidade e o perigo de se perder nas situações terrenas e no risco de se fechar num processo de institucionalização que leva à perda da profecia, ao aburguesamento, ao distanciamento dos pobres e à aridez espiritual e carismática.

Nos sistemas religiosos, sempre surgem formas *marginais* querendo manter o núcleo vital e rompem com os modelos institucionais que correm o risco de matar ou deturpar o sentido da espiritualidade. É inerente à VRC a oposição à formalidade religiosa, à institucionalização do carisma, à clericalização ou à *sacerdotalização* da experiência religiosa. É preciso reavaliar o sentido e estilo de nossas Instituições, aspirando à fidelidade aos valores cristãos. Quem sabe aprendamos isso dialogando com os dinamismos e motivações dos(as) Religiosos(as) que nos antecederam no serviço do Reino ao estilo de Jesus Cristo.

Eis algumas conclusões ou lições

1. *Ascetas e anacoretas*. Ensinam o valor da oração ante o risco de se perder no ativismo e na *falta de tempo para rezar e contemplar*; convidam a criar situações de contato com o

deserto, como espaço do encontro consigo mesmo, do retorno a Deus e da luta contra os demônios. Ante o enriquecimento e o aburguesamento, na vida do deserto eles aprofundam o sentido da pobreza extrema, da provisoriedade e da confiança na graça divina mais que nos poderes deste mundo. Combatem o risco da instalação no mosteiro, ensinam a disciplina e a austeridade ante o subjetivismo e a vida fácil que infestam as casas religiosas. Recordam o sentido escatológico: somos chamados a ser sinal do que deve ser a Igreja. Ante um mundo desencantado e cansado, convidam a viver a *profecia*: resposta aos males do tempo e às deficiências da Igreja e da banalização (cf. *VC*, n. 84b e 85a).

2. *Virgens*. Ensinam a viver com profundidade a consagração do cotidiano quando se perde o sentido da consagração; convidam à vida de oração nos espaços vitais e a aprofundar o serviço da caridade e da sensibilidade aos necessitados.

3. *Mendicantes*. Convidam, num mundo de riquezas e seguranças, a rever o tema da pobreza e da análise institucional. Desafiam a reencontrar a provisoriedade e a disponibilidade e, num contexto de mudança de época, convidam a rupturas diante do novo e a buscar estruturas mais ágeis e mais leves.

4. *Institutos de Vida Apostólica do século XIV*. Convidam, num contexto de mudanças sociais e eclesiais, a buscar novos mecanismos e estratégias. Para dialogar com as novas teorias, insistem na formação intelectual e espiritual, tão menosprezada ou maltratada nos seminários atuais. Abertura à missão além-fronteiras. Reavaliam a vida comum, entendida como a serviço da ação apostólica, e ensinam a VRC a não se fechar no comunitarismo legalista ou na busca de bem-estar e privilégios.

5. *VR feminina dos séculos XV e XVI*. As lutas de Mary Ward, Ângela de Mérici e Luísa de Marillac convidam a superar a incompreensão da hierarquia e das normas jurídicas eclesiais. Ensinam a buscar novas iniciativas apostólicas com novas estratégias, como também o contato com o mundo dos pobres e o serviço a eles.

6. *Institutos da restauração do século XIX*. Apesar das dificuldades de se adequar às circunstâncias históricas e às propostas modernas, ensinam a ir ao encontro dos pobres e ao serviço missionário incondicional.

7. *Comunidades Ecumênicas*. São um convite ao diálogo ecumênico e inter-religioso. Ensinam que entre as religiões há muitos elementos que as unem e que todos devem trabalhar pelo bem da humanidade, superando os preconceitos, respeitando as diferenças e valorizando a comunhão e a paz. Aprofundam o estudo e a partilha da Palavra de Deus.

8. *Institutos Seculares*. Ensinam a integração aos processos sociais, políticos e econômicos e a ser o *fermento na massa*, vivendo a *sequela Christi*, no mundo.

9. *Comunidades Inseridas*. Convidam a estar, viver e assumir a sorte dos pobres e excluídos, lutando pela transformação das estruturas que geram milhões de empobrecidos.

10. *Novas Formas de Vida Consagrada*. Ensinam a assumir a vida de pobreza, o serviço aos pobres, o diálogo com as novas tendências culturais e eclesiais, a provisoriedade, a simplicidade, a austeridade, a vida de oração, evitando uma espiritualidade intimista que comprometa a encarnação da VRC no mundo. Existe o risco de uma postura elitista que leva ao esquecimento dos pobres e excluídos, com vida em grupos herméticos, distantes dos problemas que afetam a humanidade e sem engajamento na superação desses desafios.

Concluindo, penso que é importante olhar para o passado. Mas também olhar para o presente, buscando novas hermenêuticas que possibilitem um diálogo aberto com o mundo contemporâneo e a fidelidade ao Evangelho de Cristo.

Desejo que a Palavra de Deus anime a VRC a superar mais esta crise e a ilumine nas encruzilhadas.

Que, como Jeremias, digamos: “Seduziste-me, Senhor; eu me deixei seduzir! Dominaste-me e obtiveste triunfo” (cf. Jr 20,7a).

Que nosso coração esteja abrasado e os ouvidos abertos para acolher as sugestões de Jesus: “Não estava ardendo o

nosso coração quando ele nos falava pelo caminho e nos explicava as Escrituras?” (Lc 24,32).

Bibliografia

- CABRA, P. G. *Breve curso sobre a vida consagrada*. São Paulo: Loyola, 2006.
- CODINA, V.; ZEVALLOS, N. *VR; história e teologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GÓMEZ, J. A. *Historia de la vida religiosa*. Madrid: Publicaciones Claretianas, 1990.
- _____. *La vida religiosa ante los retos de la historia*. Madrid: Publicaciones Claretianas, 1979.
- SOBRINO, J. *Resurrección de la verdadera Iglesia*. Santander: Sal Terrae, 1981.
- VV.AA. *Storia della vita religiosa*. Roma: Claretianum-Queriniana, 1988.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Em qual momento da história da Vida Religiosa Consagrada podemos perceber uma maior fidelidade e profecia?
2. Quais os pecados cometidos pela Vida Religiosa Consagrada em sua história que devem ser evitados hoje?
3. No contexto atual de mudança de época, quais são os grandes ensinamentos que a VRC pode dar ao mundo?

Autoestima na terceira idade: alegrias e tristezas

MARIA EVONILDE C. F. ASSIS*

O conteúdo aqui descrito sobre a autoestima não deve servir de parâmetro para categorizar os outros e muito menos a nós mesmos, uma vez que a subjetividade que nos constitui como pessoa vai muito além de meras definições. O que se pretende de fato é despertar as pessoas para uma busca de maior interação, consigo mesmas e delas com seu entorno. Quiçá essas palavras sirvam de estímulo para que as comunidades reúnam-se em volta da mesa e discutam abertamente os entraves das realidades estruturais e psíquicas que as envolvem.

Cada tempo é um novo tempo de buscas e tentativas de acertos. O que não podemos é deixar passar o momento sem que a nossa parte seja feita. Alguém me disse um dia que os grandes sábios foram exatamente pessoas que souberam fazer a diferença em seu próprio tempo. Isso foi o que aconteceu com Jesus, Maria, Teresa d'Ávila, São Francisco de Assis e tantos outros que, hoje, referendamos como ícones de sabedoria. Aos que já estão na caminhada, que Deus seja louvado! Que continuem firmes na resposta ao chamado de tornar o Reino de Deus conhecido e amado por todos.

Para iniciarmos a exposição sobre a autoestima, faz-se necessário referendar alguns conceitos correlatos. A autoestima é um sentimento aprendido que se desenvolve desde o momento em que o indivíduo começa a perceber sua interação com o meio. Trata-se de uma autoavaliação que começa a tomar forma desde os primeiros anos de vida da criança, cuja base encontra-se em tudo o que lhe diz

* **Irmã Maria Evonildes C. F. Assis** é psicóloga, pós-graduada em Ciências da Religião, Psicopedagogia e Terapia de Família. Coordenadora do SPE no Colégio Santa Teresa de Jesus, Rio de Janeiro. Participa do Grupo de pesquisa CDOC-ARREMOS da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e do Grupo de Reflexão Psicológica (GRP) da CRB-RJ desde 2009. **Endereço da autora:** Av. Rio Branco, 277, sala 601, Cinelândia, CEP 20040-009, Rio de Janeiro-RJ. **E-mail:** evoassis@yahoo.com.br.

respeito no mundo que a constitui. Podemos dizer que o resultado da interação com os pais, irmãos, cuidadores e demais realidades que fazem parte de seu universo existencial vai gradativamente sedimentando a estrutura psíquica, mesmo sem uma aferida percepção do que está acontecendo consigo mesma.

Dessa forma, o edifício estrutural de si, como alguém com uma identidade definida, lentamente toma forma e se solidifica até chegar o momento da conscientização de quem se é de fato. É o que Erbolato¹ concebe como autoestima, ou seja, quando somos capazes de “gostar daquilo que realmente somos, aceitando nossas habilidades e também nossas limitações” (p. 34).

Autores como Piaget, entre outros, desenvolveram bases para a percepção do que seria favorável para maior compreensão do comportamento e desenvolvimento humanos. Lógico que, mesmo havendo uma vasta literatura sobre o assunto, não há leis ou fórmulas preestabelecidas que orientem ou codifiquem a criação e educação dos filhos. Além do mais, as pessoas que se lançam à tarefa de criar filhos nem sempre estão preocupadas com o processo ou método que irão estabelecer como parâmetro. Geralmente, elas atendem a um desejo pessoal de ter filhos. Quando muito, fazem um planejamento familiar do número de filhos que terão. O que decorre daí só o tempo dirá. Se no processo de formação o filho se adequar devidamente às estruturas familiares, sociais, educacionais, sem grandes crises, segue-se o curso do crescimento. Caso haja algum percalço, busca-se alguma intervenção profissional e, a partir desse momento, os responsáveis pela criança passam a conhecer as sintomatologias resultantes do modo de criação, ou mesmo de algum fator genético, se for o caso.

Portanto, não podemos entender a autoestima como algo isolado do que nos constitui como pessoa. Erbolato (2000) dirá que tal conceito se desenvolve como parte da personalidade e, por sua vez, é um traço humano demasiadamente complexo que por si só exige que tenhamos clareza das bases sobre as quais somos construídos, aquilo que nos

1. ERBOLATO, Regina M. P. Leite. Gostando de si mesmo: a autoestima. In: NERI, Anita Liberalesso; FREIRE, Sueli Aparecida (orgs.). *E por falar em boa velhice*. Campinas: Papirus, 2000.

torna diferentes de outras tantas pessoas similares a nós. Para definir a autoestima, temos de ter clareza de quem somos e qual autoimagem temos, definida, de nós mesmos. Somente quando nos dermos conta dos diversos aspectos que nos constituem e nos posicionarmos positivamente, sem prejuízo de nossa estrutura, diante dos diferentes modos de como os outros nos concebem, é que poderemos dizer que construímos uma autoestima positiva. Segundo Erbolato (2000),

[...] se temos um autojulgamento positivo, considerando-nos competentes, inteligentes, capazes de atingir nossos objetivos de vida, de viver de acordo com nossos princípios e dignos de ser amados, seremos capazes de nos relacionar bem com outras pessoas e de lidar efetivamente com problemas. Também saberemos reconhecer nossas limitações e, com elas, conviver da melhor forma possível (p. 41).

Uma vez esclarecido o que entendemos por autoestima, podemos deduzir que a baixa autoestima produz efeitos contrários ao que vimos até então. Contudo, apresento de forma sintética o que explica a especialista Tessari.² Segundo ela, a pessoa com características de baixa autoestima geralmente apresenta tendências perfeccionistas. Faz o impossível para estar no controle de tudo o que acontece à sua volta, mesmo que o resultado se apresente por meio de altos níveis de estresse. Possui atitude acusatória, os outros são responsáveis pelos seus problemas e ela é a vítima do que lhe acontece. É alguém que evita correr riscos, não costuma encarar o olhar dos outros por muito tempo e possui uma saturação reduzida para focar algo por um longo tempo. Tende a ser negativista e, se houver alguma relação com bebida alcoólica, não consegue se impor limites. O mesmo ocorre com as drogas ou o fumo. Geralmente, tende a engordar ou estar acima do peso ideal. Com certa frequência preocupa-se demasiadamente com as críticas e comentários dos outros a seu respeito. No que se refere à relação com os demais, ela apresenta dificuldade em revelar ou expressar seus sentimentos, guardando-os a sete chaves, o que

2. Disponível em: <<http://ajudaemocional.tripod.com/id32.html>>. Acesso em: 08 set. 2012.

resultará numa insatisfação consigo, chegando, às vezes, a achar-se uma mentirosa.

Por mais que reinventemos os rumos da vida, e reelaboremos as metas para o futuro, sabemos que cada fase carrega em si suas próprias surpresas. É complexo buscar entender o que ocorre com as pessoas, no entardecer da vida, sem um olhar atento para os componentes necessários à formação do que nos constitui como pessoas. Tenhamos presente que as crenças internas e a autoavaliação, que mantivemos desde a infância, determinarão grande parte de nossas atitudes na velhice. Sabe-se, porém, que o domínio da própria vida pode, às vezes, ser prejudicado por alguma questão fora de nosso controle. No entanto, há vezes que nos esmeramos e buscamos as melhores soluções para superar as crises e adversidades que nos acometem ao longo da vida. Temos, então, segundo Erbolato (2000), indicadores de capacidade, o que resultará no aumento de nossa autoestima.

Segundo alguns estudiosos, há indícios de que a autoestima esteja relacionada aos objetivos estabelecidos, e estes, por sua vez, darão significado à vida. A ideia aqui não é defender a existência de um processo estagnado em um determinado tempo. Ao contrário. Em qualquer fase da vida, a autoestima pode ser melhorada e adaptada, assim como os objetivos estabelecidos deverão seguir o curso natural de cada momento vivido. Faz-se necessário, portanto, que as relações estabelecidas ajudem a projetar novas metas e a visualizar com confiança os numerosos desafios, tendo o cuidado de constantemente retomar e, se preciso, reelaborar a autoavaliação.

Nesse contexto, Marilena Chauí³ afirma que “a função social do velho é lembrar e aconselhar; unir o começo e o fim”, e ressalta que a atual sociedade capitalista impede a lembrança, recusa os conselhos. Continuando o pensamento, ela pergunta o que é ser velho. Como se pretendesse ter a resposta de quem está lendo. Ao mesmo tempo, ela conclui: “[...] em nossa sociedade, ser velho é lutar para continuar a ser homem”. O que aparentemente seria tranquilo na verdade não é bem assim. Na sociedade, entendida hoje como

3. CHAUI, Marilena de Souza. Apresentação. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*; lembranças de velho. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p 18.

hedonista, sem que percebamos somos destituídos de alguns valores que considerávamos imprescindíveis ao relacionamento, como tempo para visitar e bater papo com os amigos, a palavra das pessoas era a lei e era mantida a qualquer custo, as pessoas se encontravam mais e as comunicações eram mais afetuosas. Hoje, frequentemente nos comunicamos rapidamente para que a conta telefônica não fique tão cara ou porque o tempo é sempre curto. Há certa pressa em aprender os mecanismos da tecnologia, que muda quase que na velocidade da luz e por esse motivo geralmente estamos defasados. Bauman⁴ ilustra bem essa realidade quando a distingue como vida líquida. Diz ele que “a vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante”. É incrível o que acontece com as pessoas e tudo o que as cerca a partir da perspectiva líquida. Chegamos a pensar em inversão de valores. Assim como as coisas, as pessoas, em sua ânsia de Modernidade, vivem limitadas à expectativa de sua vida útil.

Com a solidez do passado e a fluidez do presente encontra-se o idoso. Distante, muitas vezes, de uma realidade familiar que não consegue incluí-lo em seu seio, por não dar conta das demandas próprias da fase em que ele se encontra. São poucos os que, por algum motivo, permanecem com as famílias. No entanto, muitos são os que vivem isolados, silenciados em suas muitas histórias, seja nas próprias famílias, seja em espaços apropriados, seja em instituições.

Norbert Elias,⁵ em seu estudo sobre o processo de envelhecimento, aponta para o isolamento dos idosos em nossa sociedade. Ele faz uma comparação entre o tratamento que o idoso tinha em algumas sociedades e o que tem hoje. Na lógica discutida por ele, antigamente muitas das pessoas que envelheciam tinham em suas famílias o cuidado e o afeto até o fim da vida. Muitos eram velados na própria casa, rodeados dos parentes, vizinhos e amigos. Hoje, geralmente cabe ao Estado assumir o tratamento através das instituições, nas quais prevalece o rompimento com os estreitos laços familiares. Geralmente, os idosos passam a viver numa comunidade com pessoas com as quais nunca tiveram

4. BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 8

5. ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*; seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

relações afetivas. “A separação dos idosos da vida normal e sua reunião com estranhos significa solidão para o indivíduo” (p. 86). Mais adiante, completa: “[...] muitos asilos são, portanto, desertos de solidão. [...] Nunca antes as pessoas morreram tão silenciosa e higienicamente como hoje nessas sociedades e nunca em condições tão propícias à solidão” (p. 98).

Onde estariam as alegrias e as tristezas propostas por este artigo? Tomamos como base o questionário elaborado pelos psicólogos do Grupo de Reflexão Psicológica (GRP) da CRB-RJ, aplicado e respondido por alguns religiosos que se propuseram a colaborar com nosso intuito de diálogo para melhor entendermos essa faixa etária. Iniciemos pelas *alegrias* comuns, na perspectiva dos que responderam.

Algumas respostas apontaram para: a importância da saúde; o fato de ter alguém com quem compartilhar e trocar experiências e afazeres; contribuir com a missão e assim sentir-se útil; acompanhar os jovens no processo de formação; participar de eventos; olhar para o que fez e perceber que muitas pessoas continuam ligadas a si pelo bem recebido; ser consagrada(o), há muitos anos, e continuar doando-se na gratuidade, pela pertença à comunidade, por estar com o povo; por ter vivido intensamente outras fases da vida; por gostar de viver onde está, da união e participação nos eventos organizados pela Congregação, de trabalhar a leitura orante da Palavra de Deus, de enfrentar desafios.

Outras seguem na direção do que as sustenta, no propósito vocacional que abraçaram, como: ter uma vida de oração diária, levada adiante com alegria; saber que o Senhor caminha consigo e não a abandona; a paixão pelo Reino; a espiritualidade da Congregação, que nutre o dia a dia; reconhecer as maravilhas de Deus na Vida Consagrada; fazer a experiência do amor de Deus na vida; participar de retiros e da liturgia. Tudo isso seguido do contexto que norteia este estilo de vida, que é o clima de liberdade para realizar o chamado, a possibilidade de expressar o que gosta de fazer e o entusiasmo diante da vida.

Vejam as perspectivas de *tristeza* presentes no relato dos(as) religiosos(as). Cada parágrafo a seguir tenta configurar um bloco de respostas. Este primeiro bloco está destinado à ação. Ao selecionar as respostas, percebi que a *falta de saúde* apareceu várias vezes e em diferentes contextos. Ela surge como grande vilã, pois impede às pessoas sua liberdade de movimento e de participação nas diferentes atividades. Eis alguns casos: fragilidade da saúde; saúde precária; não poder dar o máximo como antes; tornar-se dependente pela questão da idade; as limitações da idade. Os demais termos não se repetiram: fazer uma evangelização maior por meio dos círculos bíblicos; ver que não há dedicação à juventude como deveria ocorrer; ser impedida(o) de fazer o que deseja; o fato de muitos católicos se conformarem somente com a missa, com o terço e com a colaboração do dízimo; a pequena quantidade de pessoas que participam; as demais pastorais deveriam ter mais pessoas que trabalhassem mais, especialmente as pastorais sociais.

O segundo bloco está relacionado ao contexto. Percebi que o termo *decepção* apareceu repetidas vezes de modos diferentes, seguido do termo *solidão*. Algumas vezes, só a palavra; outras vezes, está agregada a outro termo. Os demais surgiram uma só vez: ver algumas Irmãs de setenta a oitenta anos na Vida Religiosa insatisfeitas, complicadas, exigentes, pouco transparentes, parecendo terem perdido, há muito tempo, o encantamento; a falta de espírito religioso de algumas de nossas Irmãs mais velhas; a acomodação de muitas; o individualismo; a incompatibilidade; as situações de preocupação; não conseguir em alguns momentos superar com serenidade alguns problemas de relacionamento na comunidade; não aceitar as limitações; deparar-se com o futuro da Vida Religiosa Consagrada e perceber perspectivas ainda tão pouco claras, embora tenha apostado no *projeto*; a lentidão; não saber onde estão as motivações das jovens para a consagração na Vida Religiosa; não ter uma *linguagem* adequada para os jovens de hoje; lastimar que tantas pessoas estejam à margem da vida; perceber que há pessoas que não se tocam pelas coisas essenciais; o fato de não *contagiar* as

companheiras de comunidade para os tempos de lazer em comunidade; tornar o clima de convivência ainda melhor.

Por fim, o bloco subjetivo da Vida Religiosa: dedicar cada vez menos tempo à oração; a escassez de vocações; não poder ir à missa todos os dias.

O que me chamou a atenção na perspectiva das tristezas foi o fato de a maioria das respostas focar os outros. É como se algumas pessoas que participam de tal processo não se sentissem implicadas nele. Afinal, quem é responsável por tornar a Vida Religiosa tal qual ela é?

Após visualizarmos brevemente elementos referentes à autoestima e percebermos o contexto de um item do questionário, cabe uma finalização que ouse propor ações e, ao mesmo tempo, desperte para o aprofundamento da realidade do idoso como membro das comunidades religiosas. Sabemos que tratar do idoso, em si, não é novidade. As comunidades sempre tiveram idosos em seu meio. A novidade está na ampliação da expectativa de vida e, conseqüentemente, na quantidade de pessoas em processo de envelhecimento na Vida Religiosa. Por esse motivo, faz-se necessário um trabalho específico voltado para a devida adequação dos idosos à sua faixa etária.

Pensa-se a formação ao longo da Vida Religiosa, que haja uma formação capaz de preparar as pessoas para enfrentarem esse período com naturalidade, dando-lhes possibilidade de usufruir e transmitir a sabedoria acumulada ao longo dos anos. Assim, que sejam possibilitadas diversas oficinas com dinâmicas que reforcem o lado positivo e valorativo do momento em que se encontram e que, ao mesmo tempo, desmistifiquem os diferentes tabus agregados a essa faixa etária, tais como conceber os idosos como grupo homogêneo. Eles não se tornam iguais só pelo fato de se encontrarem na mesma faixa etária. Que a aproximação com pessoas de outras idades, especialmente jovens, seja uma constante, o que facilitará uma troca e enriquecimento mútuo.

É de suma importância que os profissionais que atendem os idosos tenham um referencial positivo dessa idade e que

sejam destituídos de preconceitos socialmente adquiridos. Erbolato (2000) dá algumas sugestões, que apresento aqui. Primeiro, lembrar que o idoso é um adulto, responsável por seus atos, e como tal deverá ter direitos adquiridos sobre sua vida. Segundo, deve-se estimular o corpo saudável, que funcione adequadamente, em vez de massificar a ideia de um corpo jovem. Terceiro, ajudar os que estão envelhecendo a se adaptarem às novas situações, sem tutelá-los ou tratá-los com paternalismos. Quarto, velhice não é *estado de espírito*. Há que se referendar as bases biológicas do envelhecimento, onde o corpo mostra suas marcas. Negar isso ao idoso seria como levá-lo a negar a si mesmo.

Por fim, penso ser importante tornar presente o mandamento do amor. “Agora nós vemos num espelho, confusamente; mas, então, veremos face a face. Agora, conheço apenas em parte, mas, então, conhecerei completamente, como sou conhecido” (1Cor 13,12).

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. As crenças internas e a autoavaliação que mantivemos desde a infância determinarão grande parte de nossas atitudes na velhice. Alguma vez já paramos para pensar sobre isso?
2. Como encaramos as decepções e as tristezas que vamos tendo ao longo da Vida Religiosa Consagrada?
3. Nossa Congregação/Instituto tem se preocupado em oferecer uma formação capaz de preparar as pessoas para enfrentarem esse período com naturalidade, dando-lhes possibilidade de usufruir e transmitir a sabedoria acumulada ao longo dos anos?

Vida Religiosa e relações de poder. Autoridade e circularidade do poder

QUEILA TELES, MISSAMI*

Introdução

Sabe-se que a Vida Religiosa Consagrada está imersa numa realidade plural, com suas multifaces. Na Vida Religiosa Consagrada, a cada dia, novos conceitos e tendências passaram a fazer parte do seu contexto. A história nos mostra que herdamos uma equivocada visão do papel da autoridade, pautada numa concepção hierárquica e verticalizada da Igreja, reduzida, na maioria das vezes, ao aspecto institucional. Contudo, percebe-se que houve uma mudança no modo de pensar o significado da autoridade devido à redescoberta de valores tais como o reconhecimento da dignidade, da corresponsabilidade, da liberdade e da comunidade, como espaço de crescimento nas relações e no comprometimento, visando ao bem comum, em contraposição a uma visão reducionista e individualista. Espera-se que as reflexões aqui apresentadas sirvam de instrumento para intensificar a discussão relacionada ao tema visando a contribuir para que a Vida Religiosa Consagrada seja espaço de vida compartilhada, tendo em vista a vocação e o carisma comum a todos(as) os(as) Irmãos(ãs), no seguimento evangélico de Cristo.

Este estudo constitui uma tentativa de contribuir para um maior aprofundamento e reflexão acerca da conflituosa relação de poder na Vida Religiosa Consagrada, do princípio de autoridade e circularidade do poder, assim como a possibilidade de construção de uma gestão democrática, corresponsável e compartilhada, que favoreça uma vivência mais

* **Irmã Queila Ribeiro Teles** é religiosa da Congregação Missionárias do Santíssimo Sacramento e Maria Imaculada, licenciada em Pedagogia e especializada em Formação de Formadores(as) da Vida Religiosa. **Endereço da autora:** Av. Mestre Eufrásio, 800, Bairro das Flores, CEP 46100-000, Brumado-BA. **E-mail:** queilateles@yahoo.com.br.

plena e mais harmoniosa das dimensões e princípios que devem nortear a convivência e integração desses aspectos no cotidiano das comunidades e Instituições religiosas.

A análise e o aprofundamento dos aspectos que envolvem essas relações ajudarão a validar este estudo, no sentido de verificar sua importância no desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao gerenciamento das relações conflituosas de poder, como também na edificação de comunidades democráticas, humanas, participativas e solidárias.

A questão norteadora que gerou o presente trabalho foi: Existem conflitos de poder na Vida Religiosa Consagrada? Por isso, este estudo visa a favorecer a compreensão da dimensão do princípio de autoridade e circularidade do poder, conhecer aspectos que envolvem as relações de poder e analisar a dimensão do poder-serviço na Vida Religiosa Consagrada.

Dessa forma, o desenvolvimento e a concretização dessas comunidades acontecerão, à medida que atingir a todos, em participação e envolvimento no processo. Pois, conforme nos afirma Pereira (2004, p. 300), “o ser humano é um ser histórico que vai articulando suas escolhas livres ao longo do tempo. Em certo sentido, não nasce pessoa, mas vai se tornando pessoa, humanizando-se a partir da relação com o outro”. Esse processo tende a contribuir para a ressignificação da ação de todos os membros da comunidade, como também ajuda a diminuir os autoritarismos, as competições, e a olhar o(a) outro(a) como concorrente e não como irmão(a), companheiro(a) de caminhada.

Autoridade e circularidade do poder

Compreendida e internalizada como serviço de fraterno amor e humildade aos(às) irmãos(as), o exercício da autoridade cristã exige um grande esforço e comprometimento por parte de todas as pessoas implicadas no processo, pois uma gestão democrática, corresponsável e compartilhada, nas comunidades e Instituições religiosas, deve ser precedida

e acompanhada de um diálogo aberto e sincero, que favoreça a partilha, a troca de ideias e projetos e promova o crescimento, o amadurecimento e a autonomia das pessoas, em uma ativa participação de comunhão e comunicação.

Pessoas que se posicionam e que não sejam ou se deixem tornar – muitas vezes, por uma postura cômoda e frequente, se colocam à margem – uma espécie de *marionete* que vive à mercê da vontade, dos caprichos ou da forma equivocada do exercício da autoridade e do poder; não se comprometem o suficiente, não fazem uso da palavra no lugar adequado, e quando o devem fazer se esquivam da responsabilidade e do compromisso de poder decidir, ajudar a discernir, a buscar soluções.

Por isso, Foucault (2012, p. 14) afirma que

o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe, de um lado, os que têm o poder e, de outro, aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem, sim, práticas ou relações de poder. Esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder.

Nesse sentido, a relação de poder é uma dimensão que atravessa a convivência humana, por isso a questão da autoridade não surge simplesmente porque a pessoa desempenha uma função ou tarefa na comunidade, mas porque o exercício da autoridade se traduz em reunir as forças, energias, diversidade de dons, iniciativas e o carisma fundacional para que tudo esteja a favor do bem comum, na construção da comunidade como espaço autêntico de crescimento nas relações, pois, de acordo com o documento *A Vida Fraterna em Comunidade*, n. 47, a pessoa amadurece, assumindo suas responsabilidades dentro da comunidade, tendo em vista o bem comum.

Em Murad (2007, p. 213), vamos encontrar o seguinte esclarecimento: “Há uma autoridade que vem de dentro,

e é respeitada pelos outros, mesmo que não desempenhe tarefas consideradas importantes”. E do ponto de vista de Debergé (2002, p. 32), “[...] à luz da fé, essa autoridade brota do coração e denuncia o que é só aparência”. Portanto, tudo depende de como esse serviço é vivido e direcionado no cotidiano da vida: se é exercido na forma abusiva de poder, enquanto dominação, ou como serviço qualificado e generoso, que contribui para o desenvolvimento das pessoas, ajudando-as cada vez mais a se comprometerem com a vida e a missão da comunidade. Em resumo: não se questiona a presença ou não da autoridade e do seu exercício, mas sim a configuração que é dada, a forma como a autoridade é exercida. Cristo é o nosso referencial, é a personificação e realização maior do exercício da autoridade e circularidade do poder. Também entre os primeiros discípulos essa questão já tinha sido debatida, como nos recorda a comunidade de Marcos (cf. 10,41-45):

Ouvindo isso, os dez começaram a indignar-se contra Tiago e João. Chamando-os, Jesus disse: “Sabemos que aqueles que vemos governar as nações as dominam, e os seus grandes as tiranizam. Entre vós não será assim: ao contrário, aquele que dentre vós quiser ser grande, seja o vosso servidor, e aquele que quiser ser o primeiro dentre vós, seja o servo de todos. Pois o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos”.

Isso vem justamente nos lembrar de que sempre, nas relações humanas, será inevitável lidar com essas questões. Entretanto, o exercício da autoridade deve ser entendido como condição para melhor servir e promover o desenvolvimento das pessoas e o fortalecimento de determinada comunidade.

Faz-se necessário trabalhar essas questões na tentativa de superar toda e qualquer possibilidade de competição, de perceber o(a) outro(a) como rival ou concorrente, para que se tenha uma maior compreensão de que a lógica do Reino de Jesus é bem outra, é a partilha dos bens e da vida colocada a serviço, sobretudo dos que se encontram à margem,

daqueles que estão alijados dos bens, enquanto direito de todos, pois Jesus, o Filho de Deus que se despojou da sua condição divina, não deixou espaço para o egoísmo, nem para o autoritarismo, mostrou com a própria vida que a autoridade é serviço e não cargo ou motivo de projeção social.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que, muitas vezes, temos as pessoas que estão no exercício da autoridade e do poder e as que estão do outro lado, sempre na condição de resistência e oposição. Assim, surgem as pessoas da *situação* e as da *oposição*, constantemente rechaçando e resistindo a tudo e a todos: escolhem o que lhes causa bem-estar, comodidade, repelem o que não lhes apetece; posicionam-se entre reivindicação ou identificação, com a figura de quem está no exercício da autoridade, sendo levadas a ser, elas mesmas, autoritárias e centralizadoras, desejando tornar-se *superior* para um exercício de autoridade e poder – visto pelo prisma do domínio e da inflexibilidade. Em outras palavras: tornamo-nos excelentes na *oposição* e péssimos quando estamos na *situação*.

Portanto, é importante resgatar a crença no valor e importância do diálogo, pois assim, no dizer de Goya (1999, p. 188),

cria-se clima próprio para o amor fraterno, no perdão e no encorajamento mútuo, que favorecem a abertura e a esperança no futuro... então o outro, ao invés de instrumento ou inimigo, torna-se efetivamente um amigo e se estabelece amizade, que renova e impele ao bem e ao crescimento individual e comunitário.

Por sua vez, cresce em cada pessoa – comprometida em dar conta das suas demandas humanas, a *amar as próprias questões* – a percepção de que ora uma pessoa está à frente, no exercício da autoridade, ora outra pessoa é chamada a atuar e servir da mesma forma. Cada uma é convocada, em determinado momento, a fazer com que esse poder ganhe significado de circularidade, descentralização, de mesa sem assentos hierárquicos; adquira sentido de mobilidade e criatividade, como

também propicie o trabalho em conjunto, direcionando as forças e as energias de cada um a serviço do desenvolvimento de um projeto/missão comum, na busca em comunhão da consolidação da vontade de Deus.

A concretização dessa circularidade do poder acontecerá na medida em que todas as pessoas comprometidas com a construção e o crescimento da comunidade assumirem com autenticidade e responsabilidade o seu lugar. Assim, a Vida Religiosa Consagrada se transformará, de fato, em espaço de vida compartilhada, vivida como serviço generoso e alegre, tendo em vista a vocação e o carisma comum a todos(as) os(as) Irmãos(ãs), no seguimento evangélico de Cristo, pois, no dizer de Roy (2009, p. 124), “a felicidade da vida comunitária não reside apenas no conviver, seja este alegre ou sofrido; a verdadeira felicidade da vida fraterna acontece na partilha das marcas de Ressurreição em nossas existências, de nossas experiências pessoais de Vida Nova”.

As mudanças e transformações nascem quando são fruto do desejo, do querer, quando há um profundo envolvimento e uma autêntica e generosa vontade. Portanto, atitudes de verdadeiro diálogo, discernimento, coerência são elementos constitutivos na edificação de comunidades democráticas, participativas, humanas e solidárias, onde seja possível viver com autenticidade a circularidade do poder, suas implicações e consequências, em conformidade com o projeto de Reino de Jesus. Até porque a comunidade religiosa, consciente da existência dos *micropoderes*,¹ acredita nas forças, capacidades e habilidades dos seus membros, e isso se dá no reconhecimento da participação, autonomia e corresponsabilidade de todas as pessoas que edificam e potencializam a comunidade.

Relações de poder na Vida Religiosa Consagrada

Normalmente, quando falamos ou pensamos nas questões concernentes ao poder, nos remetemos a outras expressões, fruto de experiências cotidianas, ligadas, muitas vezes, a posturas autoritárias, individualistas, dominadoras,

excludentes, centralizadoras no próprio protagonismo; de decisões verticalizadas, tomadas em prol de interesses escusos e muitas outras realidades. Essas posturas têm alimentado o aspecto negativo do exercício do poder, não contribuindo na formação das pessoas, enquanto seres chamados à liberdade, à autonomia, conscientes do seu papel de mediadores no exercício de poder, que transforma e liberta.

De acordo com Anjos e Sierra (1999, p. 11), “todo ser necessita, de alguma forma, do exercício do poder, para se afirmar diante dos outros seres. Caso contrário, deixa de ser”. Portanto, a produção de relações construtivas de poder é possível e necessária, como forma para criar e recriar constantemente alternativas viáveis para a solução de problemas e conflitos cotidianos, relativos ao exercício do poder. O desafio reside justamente no resgate dessa forma de exercer o poder na comunidade, como na elaboração de um processo educativo de humanização.

Uma forma amadurecida de encarar o poder, de modo positivo, passa, sobretudo, pela compreensão de que as relações de poder estão presentes em todos os espaços e circunstâncias – como descrito por Foucault (2012, p. 14): “É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos. O poder possui uma eficácia positiva, uma riqueza estratégica, uma positividade” – que são indispensáveis na construção de pessoas cada vez mais conscientes, assim como nos discursos e ações, contribuindo para uma atividade constante de tecer novas relações de poder com sentido, em constante resignificação e revisão das concepções de poder. Caminhando nessa dinâmica, conseqüentemente se alcançará a ativa participação e responsabilidade de todos nas ações e projetos comuns.

O não reconhecimento da positividade do exercício do poder faz com que as relações se tornem cada vez mais conflituosas e problemáticas, e isso de modo mais acen- tuado no cotidiano de nossas comunidades religiosas, de consagrados(as), justamente por se ter cristalizado uma visão distorcida e equivocada do que de fato deve ser o exercício do poder e da autoridade, e pela resistência em reconhecer

e assumir as novas concepções e possibilidades que estão ao nosso alcance e nos propiciam criar um maior grau de consciência desses aspectos relevantes na tessitura de novas relações.

De fato, a associação recorrente que deve ser feita do poder é a positividade, a produção de mecanismos de invenção, de criação e de múltiplos e variados formatos de subjetividades como fonte dos *micropoderes*, pois “o poder é um produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber”.²

São muitos os aspectos que de certa forma atrapalham esse bom e saudável entendimento e que se constituem como verdadeiros obstáculos ao diálogo e à resignificação dos novos conceitos. Dentre os aspectos que mais dificultam a percepção de uma visão positiva do exercício do poder destacamos as figuras autoritárias e centralizadoras – na maneira de exercer a autoridade e o poder –, que servem para subjugar e humilhar as pessoas que lhes são confiadas, que têm atitudes de intolerância, por acreditar que são elas mesmas as detentoras da verdade plena, assim como a incapacidade para perceber e reconhecer os valores, os dons e talentos dos outros, colaborando para a reprodução de personalidades extremamente submissas e opositoras.

Entretanto, ressaltamos que outro aspecto equivalente e tão danoso quanto é o de uma postura de permissividade, pois assim nos afirma Tomasi (2004, p. 32): “Com cuidados e gratificações superiores às necessidades reais, o permissivismo favorece o desenvolvimento da personalidade frágil, desnorteada, sem uma identidade precisa, refém do imediato, do impulso”.

Isso para dizer que tal modelo de exercício do poder e da autoridade favorece o desenvolvimento de pessoas cada vez mais *independentes*, que vivem voltadas para as próprias necessidades e quereres, de forma nocivamente individualista e autônoma, contribuindo na fragmentação da comunidade. Uma postura de permissividade alimenta o relativismo e o consumismo, assim como aponta para uma conduta manipuladora e tirana. Dessa forma, a *moldura interior* passará

de uma impassível frieza a uma neutralidade sem compromisso, sem implicações pessoais.

A feliz compreensão da positividade do exercício do poder e da autoridade abre uma nova possibilidade, oxigena para uma vivência respeitosa e favorável ao desenvolvimento de pessoas sempre mais corresponsáveis e participativas nas decisões, em benefício do bom andamento da comunidade, do fortalecimento dos laços e gestos de fraternidade e solidariedade, assim como do desenvolvimento da missão confiada à comunidade.

Concordamos com Tomasi (2004, p. 33), quando afirma que

novas oportunidades de formação, diferentes competências, atenção à pessoa, exigência de diálogo e comunicação, desejo de crescer na responsabilidade são elementos que exigem a construção de comunidades menos autoritárias e mais fraternas, com isso mais fiéis ao Evangelho.

Muitas vezes somos tentados a nos ater aos aspectos puramente negativos e não dialogamos abertamente com o que é positivo e edificante. A fidelidade ao Evangelho nos provoca a criar uma linguagem acessível e agradável para que a mensagem encontre eco em seus destinatários. Por isso, no exercício do poder e da autoridade existe um potencial que ajuda a construir novos sentidos, discursos e saberes, e nesse espaço dinâmico as pessoas podem mutuamente se constituírem seres portadores de saber e de poder que transforma, que atua como fonte e força generativa, corresponsável, circular, impregnado de sentido e criatividade.

Nesse sentido, afirma o documento *A Vida Fraterna em Comunidade*, n. 8: “Não se pode compreender, portanto, a comunidade religiosa sem partir do fato de ela ser dom do Alto, de seu mistério e de seu radicar-se no coração mesmo da Trindade santa e santificante, que a quer como parte do mistério da Igreja, para a vida do mundo”.

A forma de viver o exercício do poder e da autoridade tem, no coração da Trindade, sua fonte e modelo de inspiração,

por ser lugar de partilha, de diálogo com a diversidade, tolerância e amor recíproco.

Dimensão do poder-serviço

A autoridade concebida exclusivamente na linha do serviço nunca vai obscurecer o eixo central de que o único Senhor é Cristo, que cada membro que constrói a comunidade é filho de Deus e que todos(as) são irmãos(ãs). Segundo Jesus, todos(as) os(as) seus(suas) discípulos(as) devem se colocar na condição de servidores(as) uns(umas) dos(as) outros(as), e com maior razão os(as) que se encontram no exercício do poder e da autoridade (cf. Jo 13,14s): “Eu, que sou mestre e senhor, lavei os seus pés; por isso vocês devem lavar os pés uns dos outros. Vocês devem fazer a mesma coisa que eu fiz”, pois, para Jesus, o exercício da autoridade, necessariamente, precisa se concretizar na dimensão do serviço. O exemplo é ele, o Servo, por isso ele potencializa a capacidade dos(as) discípulos(as) na doação e entrega total e confiante, na atuação de um poder-serviço qualificado em profundidade e transformador.

Nessa perspectiva, Jesus nos leva a vislumbrar a configuração de uma comunidade com estruturas pautadas na irmandade, na circularidade, e não no poder pelo poder como forma de domínio, força e opressão, como também a superação de toda conotação de autoritarismo e superioridade. Uma comunidade fortalecida por novos vínculos relacionais de fraternidade, corresponsabilidade, delegação dos diversos serviços, um aguçado sentido de pertencimento e o diálogo como prática constante, ainda que em algumas ocasiões resulte em sofrimento, dificuldade e lentidão. Contudo, da ausência do diálogo deriva um alto grau de autoritarismo.

Na verdade, conforme afirma o documento *A Vida Fraterna em Comunidade*, n. 29 e 32, uma boa comunicação facilita a compreensão recíproca, a unidade na diferença, o sentido de pertença, a criatividade no respeito e na confiança. Uma comunicação pouco significativa e de escassa qualidade

debilita a fraternidade e fortalece o individualismo na experiência espiritual.

Diálogo como condição para evitar o equívoco de perceber o poder como tentação de quem está no exercício da autoridade, e sim como capacidade para compreender o poder-serviço-mediação, servir em comunhão; poder espiritual, não impositivo; propiciador de vida e ideais e não legislador e fiscalizador de normas e aspirações, pois a norma fundamental deve ser a do Evangelho, a do mandamento do amor-doação no serviço generoso e alegre. É um poder-serviço dinamizador de esperanças e não controlador de realidades. Essa forma saudável de exercício da autoridade e poder abre caminhos de crescimento pessoal e comunitário, reúne as energias e mobiliza as disponibilidades.

Duas dimensões se complementam na vivência do poder-serviço na Vida Religiosa Consagrada e apontam para uma organização da vida pessoal e comunitária, do projeto/missão-comum: o humano e o carismático. Isso para dizer do poder-serviço como elemento articulador a orientar as pessoas e a comunidade a internalizar os valores do Reino e do seguimento de Cristo, favorecendo o encontro pessoal com ele, humanizando as relações e saboreando seus frutos, apoiados em sua palavra. “Basta-te minha graça, pois o poder se manifesta na fraqueza” (cf. 2Cor 12,9).

A dinâmica de construção do poder-serviço, desse modelo circular de viver em plenitude a audácia evangélica, assumindo o risco de uma comunhão verdadeira, não extingue as possibilidades reais da existência de conflitos, a diferença reside na maneira como isso se dá, na forma de viver, construtivamente, os conflitos que são inerentes à condição humano-relacional. Vale ressaltar que não se trata de comunidades de seres alados e sim de pessoas que desejam e se dispõem a, constantemente, com abertura de mente e coração, colocar-se num processo de conexão, de aproximação da própria finitude, dos limites, de envolvimento com a realidade que toca a sua verdade.

Portanto, o exercício do poder-serviço-missão, entendido num contexto de processo de mudança, que se pretende

eficaz, deve contar com a participação e o envolvimento de todas as pessoas que vão vivenciá-lo. O processo participativo precisa ser mobilizador, deve implicar a ação conjunta de todas as pessoas às quais sua implantação se destina. Por isso, a necessidade do comprometimento efetivo e afetivo de todos(as) que se sentem corresponsáveis pelas mudanças e transformações, que são necessárias e inadiáveis, para a concretização de um projeto/missão, que esteja em plena conexão com o projeto de construção do Reino.

Essa consciência convoca para o estabelecimento de novas relações, na construção de um poder-serviço-missão. Aponta para a necessidade de se refletir, decidir e assumir juntas(os) as questões que são importantes para a continuidade da riqueza espiritual e missionária da Igreja, das Congregações, considerando as lutas e conquistas do povo, para quem se deve convergir todas as forças e energias na construção do Reino. Um poder-serviço ressignificado pelos valores de alteridade, de convívio harmonioso e respeitoso com as diferenças e fortemente marcado pelo *discipulado de iguais*, pelo projeto tribal e circular de Jesus Cristo.

Considerações finais

Com este artigo fez-se uma tentativa de proporcionar um horizonte de reflexão sobre a existência da conflitante relação de poder na Vida Religiosa Consagrada. O enfrentamento dos desafios e conflitos inerentes às relações e vivências do cotidiano exige participação coletiva, como também a convicção de que uma nova configuração de poder, de relações positivas, se faz por meio da dinâmica de construção do poder-serviço, do modelo circular de viver em plenitude e audaciosamente os valores do Reino e do seguimento de Cristo.

Nesse sentido, tanto a consciência como a prática da liberdade, da autonomia e do diálogo como atitude constante na vivência de um modelo circular de poder e autoridade precisam ser exercidas e vividas em nossas comunidades. Por isso, a necessidade e a importância do empenho e esforço

de todos(as) os(as) interessados(as) para a construção de uma Vida Religiosa Consagrada que seja de fato a expressão e manifestação das comunidades que se deseja edificar, com base em uma nova forma de compreender e viver o exercício da autoridade e do poder.

Reconhecendo-se a exiguidade do tempo e diante da amplitude do tema, não houve a pretensão de esgotar a matéria. Deseja-se, apenas, contribuir para que essa discussão se concretize nas comunidades de Vida Religiosa Consagrada, para que a práxis cotidiana seja, de fato, exercício de liberdade, corresponsabilidade, comprometimento e fortalecimento das relações de um poder circular, significativo e cheio de sentido.

Referências

- A *BÍBLIA DE JERUSALÉM*. São Paulo: Paulus.
- ANJOS, Márcio Fabri dos; SIERRA, Rosa Adela Osório. *Gênero e poder na vida religiosa*. São Paulo: Loyola, 1999. 69p.
- CENCINI, Amedeo. *Os sentimentos do filho; caminho formativo na vida consagrada*. São Paulo: Paulinas, 2002.
- CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA. *A vida fraterna em comunidade*. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccsclife/documents/rc_con_ccsclife_doc_02021994_fraternal-life-in-community_po.html>.
- DEBERGÉ, P. *Ética do poder. Abordagem bíblico-teológica*. São Paulo: Paulinas, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 19. ed. São Paulo: Graal, 2004.
- MURAD, Afonso. *Gestão e espiritualidade; uma porta entreaberta*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- PEREIRA, William César Castilho. *A formação religiosa em questão*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PETER, Ricardo. *A antropologia como terapia*. 2. ed. São Paulo, Paulus.
- ROY, Ana. *O beijo de Deus; provocação à vida religiosa*. CRB Nacional, 2009.
- TOMASI, Flávio Lorenzo Marchesini de. *Entre vós não seja assim; guia ao serviço de liderança*. São Paulo: Paulinas, 2004.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Quais elementos evidenciam a existência de conflitos de poder em nossas comunidades religiosas?
2. Em que a adequada compreensão do exercício da autoridade e circularidade do poder promove o crescimento, amadurecimento e autonomia dos membros da comunidade em uma ativa participação de comunhão e comunicação?
3. Qual a contribuição que cada pessoa pode dar ao fortalecimento das relações de um poder circular, significativo e cheio de sentido, que ajude a viver de forma plena e audaz os valores do Reino e o seguimento de Cristo?

Vida Religiosa Consagrada: missão e inculturação

JOACHIM ANDRADE*

O espírito da missão, expresso numa frase popular por Walter Freitag – “no passado a missão tinha problemas, hoje ela mesma se tornou o problema” –, tem criado certa desilusão entre os missionários que tiveram o foco na missão tradicional, o que os levou a pensar que na missão não há mais nada a fazer. Acredito, contudo, que essa desilusão talvez seja uma oportunidade e um convite aos missionários jovens contemporâneos para tomarem consciência do espírito da missão, que o próprio Jesus deu à comunidade dos seus discípulos e, mais tarde, à própria Igreja. A raiz da missão encontra-se na experiência do Pentecostes dos apóstolos, na experiência do Cristo Ressuscitado. Como Richard Dillon observa, “Pentecostes é o ponto de conexão entre o ministério público de Jesus e a missão dos seus seguidores”.

Ao longo dos séculos, a Igreja vivenciou essa experiência com fervor e fidelidade, considerando-a como única e verdadeira, e tentou transmiti-la a todos os povos de diversas culturas e religiões. Até então, a Igreja tinha problemas em reconhecer a validade das experiências religiosas de outras religiões. A compreensão do apelo missionário de Jesus, expresso na frase “Ide e batizai todos os povos”, levou alguns membros da Igreja a fundar diversas Ordens e Congregações, e enviar os missionários para os confins da terra em cumprimento daquele mandato. Esse modo de realizar a missão não previa as exigências da inculturação, da aprendizagem e do conhecimento das outras culturas. A única exigência era converter o outro, e esse outro deveria abandonar sua fé anterior e fazer parte da nova fé.

* **Padre Joachim Andrade** é Religioso da Sociedade do Verbo Divino (Verbitas), doutor em Missiologia e membro da Equipe de Reflexão Missionária (ERM) da CRB Nacional.
Endereço do autor: Rua Emiliano Pernetá, 471, CEP 80420-080, Curitiba-PR. **E-mail:** joachimandrade@terra.com.br.

Com o Concílio Vaticano II o foco da missão mudou, pois esse Concílio, considerado ecumênico, trouxe uma nova consciência missionária. Por um lado, o Concílio procurou permanecer fiel ao modo antigo da missão; por outro, apresentou novos modos de realizá-la. Na sua fidelidade ao modo antigo, o Concílio elaborou o documento *Ad Gentes*, cujo título – tirado do latim, significa “[enviado por Deus] às nações” – trata, especificamente, do modo de realizar a missão. A Igreja é enviada obedecendo ao mandato do seu fundador e em virtude das exigências profundas de sua própria catolicidade (cf. *AG*, n. 1). *Ad gentes* significa às nações, aos povos, entendendo por povos, especificamente, as populações e os grupos humanos ainda não alcançados pelo testemunho de uma comunidade cristã e pelo anúncio do Evangelho.

A respeito de novo modo de realizar a missão, o Concílio ecumênico colocou, claramente, que o caminho trilhado pelas pessoas de outras tradições é válido e deve ser respeitado, e que esse caminho também pode salvar seu seguidor sem ser batizado na tradição cristã. Num primeiro momento, o Concílio considerou esses caminhos como epifania de Deus, onde o Cristo está presente, mas, teologicamente, ainda não é definido. Portanto, essa presença anônima de Cristo levou o teólogo Raimon Panikkar a denominá-lo *Cristo Anônimo*. Desde então, apareceu uma nova visão de como realizar a missão, onde os missionários *ad gentes* são enviados não para converter os adeptos de outras tradições, mas simplesmente para marcar sua presença e partilhar sua experiência do Pentecostes e fazer Jesus conhecido às pessoas. Para tal procedimento, era necessário entrar no universo cultural do outro, como hóspede na casa dele. Essa entrada no universo do outro ficou conhecida como processo de inculturação.

Ao longo da história da Igreja, tivemos muitos cristãos profetas que praticaram, de alguma maneira, o que nós chamamos de inculturação. Pedro e Paulo, Francisco de Assis, Clara, Martin Luther King, Madre Teresa e Charles de Foucauld são nomes que podemos mencionar que contribuíram

imensamente para o desenvolvimento da teologia. Portanto, não podemos dizer que a inculturação é limitada a alguns homens e mulheres que vivem à *margem*, em situações de perigo, mas ela é parte integrante da comunicação autêntica do Evangelho. Na sua visita ao continente africano em 1969, o Papa Paulo VI disse aos bispos africanos: “Podeis e deveis ter um Cristianismo africano”.

Hoje, o paradigma da inculturação confronta a Igreja com uma questão de fundo para a evangelização que até agora não foi satisfatoriamente respondida. A evangelização de um povo, grupo social ou indivíduo exige uma ruptura com seu passado histórico, cultural e religioso, tanto por parte do iniciado quanto por parte do iniciador. Enquanto o iniciado busca uma ruptura definitiva com sua tradição anterior, o iniciador procura a nova forma de transmitir a fé numa perspectiva da continuidade. Na inculturação se entrelaçam a meta e o método, o universal da salvação e o particular da presença. A meta da inculturação é a libertação, e o caminho da libertação é a inculturação. O processo da inculturação do Evangelho encontra um significativo desenvolvimento no pontificado de João Paulo II, quando ele afirma que a inculturação do Evangelho fundamenta-se no reconhecimento da atuação do Espírito Santo, nas tradições culturais e nas legítimas aspirações dos povos. “Tudo quanto o Espírito opera no coração dos homens e na história dos povos, nas culturas e religiões, assume um papel de preparação evangélica e não pode deixar de se referir a Cristo” (*Redemptoris Missio*, n. 29). Com a inculturação, a Igreja torna-se um sinal mais transparente e um instrumento mais apto (cf. *RM*, n. 52) para anunciar o Evangelho, não como uma alternativa às culturas, mas como a sua realização profunda.

Percebemos, hoje, que a inculturação ocupa o lugar central na missiologia e isso levou a teologia e a espiritualidade a reconhecerem o papel fundamental da experiência contextual do missionário. Tradicionalmente, a teologia era concebida como uma reflexão da fé sobre a Sagrada Escritura e a Tradição. Havia somente uma única teologia válida em todas as partes. Mas quando a antropologia começou a

apresentar suas marcas, na consciência ocidental moderna, a experiência humana recebeu um papel cada vez mais influente na Igreja. A antropologia revelou que a Escritura e a Tradição estavam influenciadas pelas experiências de mulheres e homens que viveram em determinados contextos temporais, geográficos e culturais. Uma nova maneira de ver surgiu dentro da Igreja, pois ela começou a reconhecer que cada cultura e época tem sua própria validade e necessita refletir sua fé, em seus próprios termos: precisa utilizar suas próprias lentes para interpretar a Escritura, as formulações doutrinárias, as práticas éticas e os costumes litúrgicos. Toda a experiência do passado (Escritura e Tradição) e a experiência do presente (contexto) começaram a interagir de diversas maneiras, condicionadas por circunstâncias particulares e convicções teológicas, e assim apresentaram os caminhos sadios da inculturação da fé e do missionário.

A Vida Religiosa Consagrada encontra-se nesse caminho da libertação, principalmente naquelas Congregações que têm como foco a missão *ad gentes*. Duas questões devem ser abordadas: a questão da inculturação da mensagem do Evangelho nas culturas e o processo de inculturação do próprio missionário na cultura do outro. Os missionários, a princípio, recebem todos os conteúdos, a partir dos documentos da Igreja, sobre as formas da inculturação do Evangelho em uma nova cultura. Mas poucos subsídios são oferecidos para sua entrada como hóspede na casa do outro e inculturar-se em uma nova cultura. A maior parte dos agentes da missão são os Religiosos, portanto é necessário que eles compreendam que esse processo é inevitável e faz parte do ser religioso.

Referências

- BEVANS, Stephen. *Temas y preguntas en la misionología de hoy*. Texto apresentado na oficina na Congregação do Verbo Divino, Chicago, 2010.
- COSTALUNGA, Agnes. Evangelho, culturas e inculturação. In: LABONTÉ, Guy; ANDRADE, Joachim (org). *Caminhos*

para missão: fazendo missiologia contextual. Brasília: Editora e Gráfica abcBSB, 2008.

DILLON, Richard. *From Eye-witness to Ministers of the Word*. Rome: Biblical Institute Press, 1978. p. vii. (Analecta Biblica, 82.)

SUESS, Paulo. *Introdução à teologia da missão*: convocar e enviar servos e testemunhas do reino. Petrópolis: Vozes, 2007.

RASCHIETTI, Estevão. *Ad Gentes*; texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2011.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Como entendemos hoje a inculturação? Este assunto tem lugar na pauta das nossas reuniões comunitárias?
2. De que maneira as Congregações/Ordens religiosas/Institutos oferecem aos seus membros uma formação adequada de inculturação nos tempos atuais?
3. Quais os pré-requisitos da inculturação para os jovens de hoje?